

BOLETIM DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

JUNHO 2021

ENSAIO

OS ELEMENTOS FEMININOS DA CASA DA RAINHA DE PORTUGAL ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

POR ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO

VISITA DA FAMÍLIA REAL AOS AÇORES

A MONARQUIA BRITÂNICA

UMA (MUITO) ANTIGA HISTÓRIA DE MODERNIDADE

POR MALCOLM HOWE

FOTOGRAFIA © PEDRO PAIVA ARAÚJO



ENTREVISTA

Manuel Braga da Cruz

“Seria de elementar justiça e bom senso, para esta representação, que o Senhor D. Duarte fosse constituído Presidente da Junta Geral da Fundação da Casa de Bragança.”



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Aos 99 anos, morreu, no passado dia 9 de Abril, no Castelo de Windsor, Filipe, Duque de Edimburgo. Nascido em 1921 na bela ilha grega de Corfu, Filipe da Grécia e da Dinamarca casou com Isabel II em 1947 e exerceu perseverantemente o seu papel como Príncipe Consorte do Reino Unido sempre um passo atrás da rainha, durante 69 anos.

Na coroação da Isabel II, ajoelhado aos seus pés, jurou, mãos nas mãos, ser seu “*liege man of life and limb*” que traduzido para português significa qualquer coisa como “seu vassalo, guardião da vida e da integridade física”, assumindo um papel como marido que é um exemplo de grande modernidade mesmo aos dias de hoje.

De facto, estar à frente do seu tempo a ditar tendências e influir na estética são predicados das coroas, jamais ir atrás de modas frívolas. Filipe Mountbatten (apelido que adoptou ao abdicar de títulos e apelidos seus para casar) foi um grande defensor dos animais e da conservação da natureza, muito antes destas causas terem sido apropriadas pelos partidos políticos, ou seja, quando não rendiam votos, tendo sido o primeiro presidente britânico do *World Wildlife Fund*. Desde cedo manifestou grande preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento, preocupação que se reflectiu na gestão que fez das propriedades da família.

Um dos seus maiores legados é, sem dúvida, o *Duke of Edinburgh Award*, representado em Portugal pelo Prémio Infante D. Henrique, presidido por SAR o Senhor Dom Duarte.

O Duque de Edimburgo serviu o seu povo aquém e além-mar: para além de ter participado activamente na Segunda Guerra Mundial, durante a sua vida fez 5493 discursos, foi presidente honorário de mais de 780 agremiações e participou em 22.219 eventos oficiais. Ao lado da sua Lilibeth marcou várias gerações e uma época.

A morte do Duque de Edimburgo provocou uma vaga de comoção a partir do Reino Unido e as suas ondas de choque sentiram-se no mundo inteiro. Em Portugal, os quatro canais televisivos de notícias transmitiram em directo as comoventes cerimónias fúnebres, e o assunto foi tema de grande destaque nos principais jornais e revistas nacionais – e tocou o coração de muitos portugueses.

O apreço e o fascínio por figuras reais estrangeiras deveriam fazer-nos meditar. A sua perenidade promove o estreitamento de uma ligação profunda com os povos e as comunidades que servem, na defesa das causas mais improváveis e ignoradas que exigem, para que sejam con-

sequentes, independência política, legitimidade histórica e constitucional.

Não deixa de ser curioso que tanta gente, que é indiferente ou mesmo hostil à nossa Causa, se deixe seduzir pelo encanto do Príncipe Filipe e de Isabel II sem daí tirar as clamorosas conclusões... Que tão grande fenómeno de serviço permanente e de solidez institucional só é possível com uma Chefia de Estado monárquica. É nesse sentido que urge restabelecer em Portugal a Coroa, instituição meta-política fundada na continuidade, que nos une à fundação da Pátria, nas pessoas da nossa querida Família Real. Não há motivo para que estejamos destinados à condição menor de nos deslumbrarmos com o que é estrangeiro e de ficarmos condenados às sumidades de turno que nos vão calhando em sorte.

João Távora,

Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



Teresa Côrte-Real
Presidente da Causa Real

Nós, os portugueses, sempre convivemos com a diferença sabendo que no nosso ADN estão gentes de diferentes origens geográficas e que foi sempre quando nos voltámos para o Atlântico ou para o Mar que descobrimos a nossa verdadeira vocação. Que passa hoje por dois enormes desafios, o de nos redescobrimos a nós próprios e à nossa história e de voltarmos a fazer esse caminho do Mar que é também o da afirmação da língua portuguesa enquanto elemento congregador de uma comunidade maior a que chamamos Lusíada. Um e outro levam a uma verdadeira visão ou revisão estrutural do Futuro português.

Internamente, a uma maior reflexão sobre a integração e condições de vida, nomeadamente a nível educativo dos cidadãos oriundos desse tal mundo que fala português e que tem, portanto, uma riquíssima e enriquecedora experiência para todos nós e que tem que ser valorizada. Sem pruridos, preconceitos e tendo por base dados sociodemográficos objectivos. O problema existe, não o do suposto racismo, mas o das discrepâncias ou disparidades no acesso a condições sanitárias e habitacionais básicas (que a pandemia veio reforçar) e que tem também reflexo, como atrás foi dito, no sucesso escolar dos

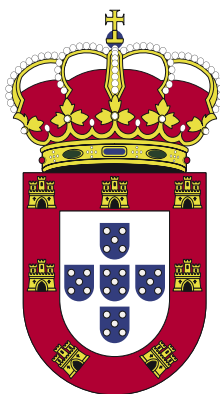
Há um enorme potencial, com benefícios para todos, de assumir este tema, o do mundo lusíada e da constituição de uma comunidade organizada de povos com ligações a Portugal como uma das grandes missões dos monárquicos portugueses.

mais jovens. Nós, os monárquicos portugueses, temos que contribuir para que essa inclusão aconteça e que certas barreiras existentes de um lado e outro passem a ser vasos comunicantes de uma comunidade que se vai reconstruindo no respeito pela diversidade e numa afirmação da portugalidade.

Externamente, reformulando e reforçando a ligação não só aos países de língua oficial portuguesa mas também a todos aqueles onde existem comunidades portuguesas e que têm no seu representante natural o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança. Há um enorme potencial, com benefícios para todos, de assumir este tema, o do mundo lusíada

e da constituição de uma comunidade organizada de povos com ligações a Portugal como uma das grandes missões dos monárquicos portugueses. Especialmente agora, numa Europa tão cheia de incógnitas e tão longe de si própria, a afirmação deste Portugal Atlântico faz, uma e outra vez, cada vez mais sentido.

Ao tomar como nosso este desígnio, estaremos com toda a certeza a fazer História e a dar os tais novos mundos ao mundo que tantas vezes já soubemos dar.



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,
das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:
www.reallisboa.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho,
João Távora, João Vacas, Carlota
Cambournac (revisão final)

Design e edição: Madalena Pestana

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do
Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho,
artigo 12º, n.º1, alínea a)

Fotografia de capa: deposição de coroa de flores, por SS.AA.RR. e o Príncipe D. Afonso, em frente ao busto de El-Rei D. Carlos I, situado no Jardim José do Canto, em evocação à primeira visita Régia à Ilha de São Miguel, em 1901. ©Pedro Paiva Araújo.

23

ÍNDICE

OPINIÃO E DEBATE

- Caminho Interior • **JOÃO VACAS**
- Pessoas Reais, Realeza e Anti-Realeza: notas em jeito de crónica • **PEDRO VELEZ**

ENSAIO

- Os elementos femininos da Casa da Rainha de Portugal entre os séculos XVII e XIX • **ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO**

DOSSIER

- 12 • A Monarquia Britânica - uma (muito) antiga história de modernidade • **MALCOM HOWE**

CONVIDADO ESPECIAL

- 15 • Jorge Leão

ENTREVISTA

- 17 • Manuel Braga da Cruz • **JOÃO TÁVORA**

NOTICIÁRIO

- 23 • Visita da Família Real aos Açores, numa iniciativa conjunta da R. A. da Ilha Terceira com a R. A. da Ilha de São Miguel
- Notícias da Real Associação do Porto
- Notícias das Reais Associações
- Outras Notícias

NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II

BIBLIOTECA E ESTANTE

- 34 • Os Bragança. Ascensão e Queda das Dinastias Reinantes de Portugal e do Brasil, 1640-1910 • **VASCO ROSA**



Um castelo no extremo norte de Portugal esconde um tesouro digno de ser referido nestas páginas. Pequeno em dimensão, mas carregado de significado, o tesouro não é mais do que uma placa modesta que assinala o lançamento da primeira pedra da requalificação do castelo de Montalegre sob a presidência de SAR o Duque de Bragança.

Este restauro teve como iniciador simbólico não um governante ou um Chefe de Estado ocasional, mas o representante dos Reis de Portugal. Nenhum outro português teria tanta legitimidade para o fazer.

Foi em nome dos seus antepassados e do país que construímos em conjunto que, das suas ameaças, olhos vigilantes venceram o sono, o frio e o medo. Foi por causa desta família e da língua que fizemos nossa que nos diferenciámos dos nossos vizinhos, nos defendemos dos seus impulsos hegemónicos e nos lançámos ao mundo. Foi pelo Rei e pela Grei, e pela aliança entre ambos, que os ocupantes do castelo de Montalegre asseguraram a nossa defesa comum durante séculos. Hoje ele ali permanece, lembrança da nossa antiga liberdade, testemunho firme da resolução portuguesa.

Do alto das suas torres não só compreendemos as dificuldades de então como reconhecemos as de hoje. Há pouco que defender em seu redor. A sua gente escasseia e envelhece. Populações declinantes cercadas de vazio vivem vidas conformadas,

esquecidas por um país crescentemente litoralizado, demasiado embrenhado na sua pós-modernidade frenética para compreender usos, costumes e ritmos com outras cadências e raízes.

O interior tem sido votado ao esquecimento de (quase) todos. Tornou-se pouco mais do que politicamente irrelevante, valendo cada vez menos lugares no parlamento. Os acessos que deviam aproximá-lo dos centros de decisão drenaram-no, os serviços básicos foram-lhe retirados em nome da racionalidade económica e ignoradas as suas especificidades culturais e linguísticas. Resta-lhe o declínio... e a dignidade.

Apesar de tudo isso, ou talvez por isso mesmo, o representante dos Reis de

Portugal lá esteve, como é seu dever e direito, ao lado dos seus para os ajudar a reerguer-se. Sempre ao lado dos seus, onde quer que estejam, quem quer que sejam.

Só quem não depende de ciclos eleitorais, tem uma visão integral do país e compreende o valor e a insubstituibilidade de cada um dos seus recantos e de todas as suas gentes, é capaz de o servir tão completamente

e de lhe dedicar cada dia de vida.

Para lá da A1, ou de uma visão turístico-pitoresca do outro Portugal que ainda resiste, felizmente temos connosco quem é capaz de trilhar esse caminho interior.



Só quem não depende de ciclos eleitorais, tem uma visão integral do país e compreende o valor e a insubstituibilidade de cada um dos seus recantos e de todas as suas gentes, é capaz de o servir tão completamente e de lhe dedicar cada dia de vida.

PESSOAS REAIS, REALEZA E ANTI-REALEZA: NOTAS EM JEITO DE CRÓNICA

PEDRO VELEZ

Geralmente descrito como a mais recente crise da monarquia britânica – cujo pico terá coincidido com a já célebre entrevista americana dos Duques de Sussex –, tal processo talvez possa ser visto como ocasião reveladora da essência da realeza e também da problemática maior que hoje a desafia na sua actualização.

Meditando no dito circunstancialismo (John Horvat, na revista online *The Imaginative Conservative*), e convocando eminentes autoridades da filosofia e da sociologia políticas (Alasdair MacIntyre, Robert N. Bellah), alguns autores sublinharam que as pessoas reais são e não podem deixar de ser «personagens representativas» («representative characters»).

Uma tal condição/orientação encerra uma missão (ser e dever ser manifestando-se aqui imbrincados): idealmente, deverá cumprir-se em termos de excelência representativa, quer dizer, em termos de um comportamento modelar capaz de unificar a sociedade “direccionando-a” para o que a poderá fazer crescer em virtude, muito em especial atraindo e capturando a imaginação dos seus membros para uma ideia de serviço ao bem comum. Só deste modo a realeza será verdadeiramente tal, ou, dito de outro modo, idêntica a si própria. Daí também que os membros das famílias reais devam compreender as suas posições no registo do ofício, do papel institucional com claros constrangimentos, e não usá-las como patrimónios privados passíveis de usos arbitrários...

Acaso a realeza se desvie da sua natureza, da referida métrica que esta encerra, a representação existirá tão-só em modo decaído, degradado. Em certo sentido, a realeza tornar-se-ia então anti-realeza, com a ideia real a ser parasitada e consumida. Como notaram argutos observadores (Rod Liddle, na conhecida *Spectator*), tal sucederá certamente se, por exemplo, as pessoas reais veicularem, simbolizarem e difundirem uma “forma de estar no mundo” individualista-subjectivista-“emocionalista”, centrada no primado de um eu absolutizado/divinizado, que reinterpreta à sua luz as noções, até agora comuns, de verdade e dever. Assim sendo, não se negaria a natureza institucional da realeza, como as próprias pessoas reais se tornariam agentes activos de “dissociedade” (para utilizar uma expressão do filósofo monárquico belga Marcel De Corte), de desestruturação social, de destruição dimensão comunitária da comunidade política.



PRÍNCIPE HARRY E MEGHAN MARKLE, DUQUES DE SUSSEX ENTREVISTADOS POR OPRAH WINFREY FOTO: © DIVULGAÇÃO / HARPO PRODUCTIONS / JOE PUGLIESE / REUTERS

Contra um tal pano de fundo, convirá, certamente, equacionar algumas questões que dizem respeito ao futuro da instituição real, também como instituição constitucional: por exemplo, a de saber como garantir mecanismos de filtragem que assegurem que nas famílias reais não entre quem negue o *ethos* da realeza (como justamente “twitou” o teólogo e

filósofo anglo-católico John Milbank). A resposta não estará, porventura, como pôde ser sugerido a propósito da actual crise (no jornal

Guardian, por exemplo), num qualquer minimalismo monárquico (redução dos poderes da coroa e/ou da extensão da família real) que, sugere-o a experiência, é susceptível de redundar num enfraquecimento da autoridade da coroa e da visibilidade da família real. E os tempos presentes precisam de mais realeza, i.e., mais autoridade capaz de atrair naturalmente – designadamente no plano do estético e do simbólico – para o excelente e para o comunitário.

Permitimo-nos referenciar alguma da interessante literatura produzida por ocasião da dita crise da monarquia britânica, toda ela disponível na internet:

- John Horvat, *The Failure of Meghan and Harry*, em *The Imaginative Conservative*, 18.03.21.
- John Milbank, via Twitter, dias 7.03.21 e seguintes.
- Raymond J. de Souza, *Aristocratic Freedom and Duty*, em *First Things*, 03.01. 21.
- Rod Liddle, ‘My’ truth about Meghan and Harry, em *Spectator*, 13.03.21.
- Simon Jenkins, *Britain’s royal family is an accident waiting to happen. Prince Charles should dismantle it*, em *The Guardian*, 13.03.2021.

OS ELEMENTOS FEMININOS DA CASA DA RAINHA DE PORTUGAL ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

UMA ANÁLISE CONCISA DA EVOLUÇÃO DAS DIGNIDADES E CARGOS FEMININOS

INCLUINDO CINCO ESTUDOS DE CASO

António Pereira Coutinho

Um tema historiográfico pouco estudado é o dos elementos femininos que integravam a Casa da Rainha de Portugal e que, por isso, enquadravam a pessoa da Soberana. Desde o início da nacionalidade que as Rainhas contaram com doações de diversos tipos – como vilas, castelos, senhorios, terras de cultivo e rendas – que formavam patrimónios importantes. Esse foi o caso, por exemplo, da Rainha Santa Isabel, cujo dote compreendia as vilas de Leiria, Óbidos, Abrantes e Atouguia, e, também, numerosos castelos (entre os quais Ourém, Sintra e Vila Viçosa) e rendas em dinheiro. A Casa da Rainha foi extinta por Filipe I e restaurada, por D. João IV, em favor de D. Luísa de Gusmão.



A Casa da Soberana constituía “uma pequena corte da Rainha, que estava sediada no Palácio Real, coexistindo, pois, com a corte régia...” e que “consumia importantes recursos materiais e humanos para a sua sustentação” (Subtil 2008). Tais recursos provinham das doações acima referidas. Ela incluía tanto mulheres como homens, mas, no presente trabalho, apenas as primeiras serão tratadas.

Ao contrário do que se possa pensar, esses cargos não estavam, de forma alguma, reservados para a nobreza, pois muitos encontravam-se abertos a raparigas ou mulheres de diversas proveniências sociais.

Em Portugal, tal como noutros países europeus, as Rainhas e Princesas tinham damas que as acompanhavam e zelavam pelo seu conforto. Elas ocupavam diversos cargos, tendo, cada um, as suas responsabilidades. Ao contrário do que se possa pensar, esses cargos não estavam, de forma alguma, reservados para a nobreza, pois muitos encontravam-se abertos a raparigas ou mulheres de diversas proveniências sociais. Esse era o caso das

Moças de Retrete ou Retretas (o retrete era tudo o que constituía a habitação da Rainha – armários, arcas, jóias, panos, etc.), Mulheres de Leite, Moças do Trabalho, Partadeiras, Moças do Quarto e Portadeiras. O número e a denominação desses ofícios variaram bastante ao longo do tempo.

A Camareira-Mor representava o topo da Casa da Rainha e a ela estavam sujeitos todos os membros dessa instituição (Abecasis 2009). Esta era uma dignidade tão importante que, caso a detentora fosse titular, era elevada, em sua vida, ao título superior ao que tinha. Esse foi o caso, por exemplo, de D. Ana Maria de Lorena, 3ª Marquesa de Abrantes e Camareira-Mor da Rainha D. Mariana Vitória, e, por esse facto, elevada por D. José (decreto de 9 de Dezembro de 1753) à dignidade de Duquesa de Abrantes. A Camareira-Mor precedia a Camareira da Princesa, esta, as Donas de Honor e, elas, as Damas do Paço. Todos estes cargos davam direito ao tratamento de Excelência (Alvará de 29.01.1739; Mourato 1778; Pereira 2013). Por seu turno, as Donas de Câmara e Açaфatas tinham o tratamento de Senhoria (Alvará de 17.05.1777; Mourato 1778). E, no geral, os restantes ofícios tinham o tratamento de Vossa Mercê. Refira-se, a título de curiosidade, que a principal função das Açaфatas [de açaфate, um cesto de verga no qual se transportava a roupa (Sousa 1825)] era a de ajudar a vestir a Rainha e tomar a cargo os seus vestidos. Quase sempre a Soberana protegia quem pertencia à sua Casa. Por exemplo, eram frequentes os subsídios

para casamentos e para a compra de jóias (Lourenço 2003). Como é natural, todos estes benefícios se tornavam mais reiterados quando a pessoa em causa se encontrava mais próxima da Rainha. Na verdade, a influência dos membros femininos

da Casa da Rainha era, em média, claramente superior à dos detentores de Foros da Casa Real (exclusi-

vos de varões), pois o seu número, bastante menor, levava-as, de forma natural, a gravitar em órbitas mais contíguas à da Soberana do que os agraciados com os foros à do Rei. E, se não existia, como nos foros, uma transmissão hereditária automática, na prática, era muito frequente os cargos femininos passarem a descendentes directas ou colaterais das primeiras agraciadas (veja-se os estudos de caso abaixo desenvolvidos).

Certos cargos davam direito, em ocasiões solenes, ao transporte em coche. Assim, em 1729, na Troca das Princesas D. Maria Bárbara e D. Mariana Vitória (“Jornada do Caia”), a comitiva de D. João V que se deslocou entre Elvas e a fronteira, incluía um coche para a Camareira-Mor e Donas de Honor, três, para as Damas, e outros três para as Açaфatas (Matriz-Net 2020).

Todos os ofícios citados eram bem remunerados, embora, naturalmente, houvesse matizes a esse nível. Como exemplo, na tabela 1 comparam-se os ordenados de diversos cargos femininos da Casa da Rainha em meados do séc. XVIII (Subtil 2008) e no início do séc. XIX (Silva 2005). É muito interessante constatar que o ordenado mensal das Mulheres de Leite da Rainha (ou seja, a ama de leite dos príncipes) era claramente superior ao da grande maioria das detentoras dos ofícios considerados mais altos, o que diz bem da importância que, em Portugal como nas outras Cortes da Europa, tal cargo tinha.

A alimentação de todas as componentes da Casa da Rainha era abundante e cuidada, embora também aqui houvesse gradações. Assim, no reinado de D. José, à ceia, a Camareira-Mor recebia 3 iguarias grandes e 4 pequenas; as Damas, 4 grandes; as Açaфatas, 3 grandes, e as Retretas, Moças de Quarto e Portadeiras, 2 grandes (Algranti 2020).

Ordenados dos cargos femininos da Casa da Rainha em 1754 e 1808		
Cargo	Ordenado (em mil reis)	
	1754	1808
Camareira-Mor	276,600	1280,00
Camareira da Princesa	_____	1174,00
Donas de Honor	173,900	_____
Damas do Paço	100,000	600,00
Donas da Câmara	67,830	76,000
Açaфatas	67,830	28,000
Moças de Câmara	67,830	_____
Retretas	32,000-180,000	22,000
Portadeiras	_____	5,000
Moças do Trabalho	53,400	_____
Moças de Quarto	38,400	_____
Mulheres de Leite	138,400	_____

Para além da alimentação fornecida, directamente, aos membros da Casa da Rainha, o decreto de 1765 de D. José, previa, para quem, por algum motivo, fosse excluído da benesse das rações, uma contrapartida em dinheiro (equivalente ao actual subsídio de alimentação).

Continua na página 8 ➔

REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

Sabia que toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115 Email: secretariado@reallisboa.pt

APELO!

Subsídios de alimentação dos cargos femininos da Casa da Rainha definidos pelo Real Decreto de 1765 (Subtil 2008)	
Cargo	Quantia mensal (em mil reis)
Camareira-Mor	30,000
Aia da Rainha	30,000
Donas do Paço	30,000
Damas do Paço	30,000
Donas da Câmara	20,000
Açafatas	20,000
Retretas	8,000
Porteiras	8,000
Criadas dos Quartos	8,000

Em meados do séc. XIX, a estratificação dos cargos simplificou-se: assim, a Rainha D. Estefânia tinha, ao seu serviço, além da Camareira-Mor, Damas Camaristas, Damas Honorárias e Retretas (Machugueiro 2013). E, no final deste século, subordinadas à Camareira-Mor, havia só as Damas-Camaristas e as Damas (efectivas e honorárias). As Moças de Retrete continuavam a existir e é de referir que a Retreta da Rainha D. Maria Pia, para além das funções acima descritas (nesta época mais teóricas que efectivas), desempenhava o importante papel de Secretária da correspondência da Soberana, incluindo os idiomas estrangeiros (Subtil 2008).

Expõem-se, a seguir, cinco estudos de caso que, no contexto do presente artigo, consideramos esclarecedores. Para cada um deles, estão indicados o apelido (ou os apelidos pelos quais a varonia foi passando) das Damas em causa, bem como as principais dignidades obtidas pela sua família.

ESTUDO DE CASO 1

Almeida (Alcaides-Mores de Torres Novas, Prioros do Crato e Vedores da Rainha D. Catarina) (Morais 1944), Gama (Comendadores de Fronteira) (Gaio 1939), Vasconcelos (Condes de Castelo-Melhor)

I – D. Inês da Silva (n. 1650), *Dona de Honor*. Filha de D. Diogo de Almeida e de D. Ângela de Melo. Casou com D. Luís da Gama Portugal, Comendador de Fronteira. Tiveram, entre outros filhos:

II – D. Maria Madalena de Portugal, administradora da Comenda de Fronteira na Ordem de Aviz. Casou com Bernardo de Vasconcelos (filho dos terceiros Condes de Castelo-Melhor), Comendador de Santa Maria de Cacela, na Ordem de S. Tiago e Governador da Torre de Outão, em Setúbal. Depois de viúva, foi *Dona de Honor* da Rainha D. Mariana de Áustria, mulher de D. José I. Tiveram, entre outros filhos:

III – D. Luísa Clara de Portugal (a Flor da Murta), *Dama do Paço*. Casou com D. Jorge Francisco de Meneses, Comendador de S. Silvestre de Requião, Senhor do Reguengo do Paul.



Os cargos – próprios de senhoras da alta nobreza, como as dignidades indicam – foram atribuídos, sucessivamente, à avó, filha e neta, na linha feminina. Embora as Donas de Honor (certamente, por serem viúvas e, normalmente, mais velhas) precedessem as Damas do Paço, a matriz social à qual pertenciam era a mesma.

ESTUDO DE CASO 2

Saldanha Oliveira e Sousa (Morgados de Oliveira, Condes e Marqueses de Rio Maior) (Gaio 1940b)

I – João de Saldanha e Sousa, Comendador de S. Martinho de Santarém, Governador de Armas de Setúbal e um dos Restauradores de 1640. Casou com D. Inês Antónia de Távora, filha herdeira de Luís Francisco de Oliveira e Miranda, Senhor do Morgado de Oliveira e de sua mulher D. Luísa de Távora. João de Saldanha era irmão de D. Leonor de Noronha, *Dama da Rainha* D. Luísa de Gusmão.

II – António de Saldanha e Oliveira, Morgado de Oliveira. Casou com D. Luísa Antónia de Távora, *Dama da Rainha* D. Maria de Sabóia, mulher de D. Afonso VI e de D. Pedro II.

II – D. ..., *Dama da Rainha* D. Maria de Sabóia.

III – João Pedro de Saldanha, Morgado de Oliveira. Casou, em segundas núpcias, com D. Inês Antónia da Silva, filha de Bernardo de Vasconcelos e Sousa e de D. Madalena de Portugal. Tiveram:

IV – D. Inês Maria de Saldanha (nascida em 1723), *Dama da Rainha* D. Mariana de Áustria. Casou com João Gonçalves da Câmara Coutinho, Almotacé-Mor do Reino. Sem geração.

No presente caso, igualmente relacionado com a primeira nobreza do Reino, os cargos consubstanciam-se, primeiro, numa tia, depois, numa das suas sobrinhas e, por último, numa sobrinha-neta da primeira detentora e sobrinha da segunda. Ao contrário do que sucedia no primeiro exemplo, as dignidades passaram por linhas colaterais.

ESTUDO DE CASO 3

Távora (Alcaides-Mores de Miranda, Morgados da Torre de Caparica e Condes de S. João da Pesqueira) (Morais 1943).

I – D. Maria de Távora, *Dama da Rainha* D. Catarina de Áustria. Filha de Luís Álvares de Távora, Alcaide-Mor de Miranda e de D. Filipa de Vilhena, filha dos primeiros Condes da Sortelha. Foi tia-avó paterna de:

II – D. Maria de Távora, *Dama da Rainha* D. Isabel de Bourbon (mulher de D. Filipe III). Filha de Luís Álvares de Távora, do Conselho de Filipe II e de Filipe III, Alcaide-Mor de Miranda e Comendador de Mogadouro e de D. Marta de Vilhena. Foi tia-avó paterna de:

III – D. Inês de Távora, *Dama da Rainha* D. Maria I.

Este é um exemplo bastante semelhante ao acima citado, embora o salto geracional seja maior, pois manifesta-se, por duas vezes, entre tias-avós e as suas sobrinhas-netas, o que levou a que as senhoras consideradas servissem três Rainhas diferentes, respectivamente, da segunda, terceira e quarta Dinastias. A matriz social, mais uma vez, é a mesma, pertencendo, todas as agraciadas, ao topo da aristocracia portuguesa.



Continua na página 10 →

ESTUDO DE CASO 4

Soares da Veiga (Provedores da Alfândega de Lisboa) (Gaio 1938a, b, 1940a; Morais 1945)

I – D. Antónia de Noronha, *Dama do Paço*. Casou com Luís Diogo da Silva. Era filha de João Pedro Soares de Noronha (Provedor da Alfândega de Lisboa) e de D. Ana Joaquina de Portugal (filha de Bernardo de Vasconcelos e Sousa e de D. Maria Madalena de Portugal). Era neta paterna de Diogo Soares da Veiga e Taveira (também Provedor da Alfândega de Lisboa, tal como seu pai) e de D. Antónia de Noronha e bisneta, por esta senhora, de D. Pedro Coutinho (Coutinhos, Comendadores de Almourol) e de D. Mariana Coutinho de Noronha. Pelo lado materno, descendia dos Vasconcelos, Condes de Castelo Melhor e dos Gamas, Comendadores de Fronteira.

O caso em questão é interessante. Na verdade, e ao contrário dos exemplos acima referidos, a única detentora considerada provinha de uma família de média nobreza, embora detentora de um cargo relevante. É nossa convicção que, para a atribuição do cargo de Dama do Paço a D. Antónia, foram determinantes os casamentos do seu bisavô, avô e pai com senhoras de estatuto mais alto. A varonia da agraciada, não pertenceria à primeira nobreza, mas a parentela constituída, pelas alianças, ao longo de três gerações, sim.

ESTUDO DE CASO 5

Pacheco (Morgados das Angústias, em Lisboa) (Gaio 1940b), Pereira Coutinho (Marqueses e Morgados de Soidos, Donatários do Reguengo do Cartaxo) (Gaio 1940b), Mariz Sarmento (Viscondes de Andaluz), Costa Pereira de Gouveia (Morgados da Roda, na Ponte da Barca) (Gaio 1940b).

I - D. Apolónia Maria Pacheco (filha de António de Sousa Pacheco, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Morgado de S. Bento, e de D. Ana Bohelman). Foi, depois de viúva (Gaio 1940), *Dona da Câmara* das Rainhas D. Mariana Vitória e D. Maria I, tendo servido esta última soberana durante mais de 40 anos. Casou com António Luís Pereira Coutinho (Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real, 3º Morgado de Soidos). Tiveram, entre outros filhos:

II - D. Maria Antónia Ana Apolónia de Vilhena Coutinho, *Açafata* da Rainha D. Mariana Vitória. Casou com Francisco de Mariz Sarmento (Comendador da Ordem de Cristo). Tiveram, entre outros filhos:

III – D. Maria Antónia de Mariz Sarmento, *Açafata* da Rainha D. Maria I.

III – D. Teresa de Vilhena Coutinho e Mariz, *Açafata* da Rainha D. Maria I.

II – D. Inácia Maria de Sousa Pacheco, *Açafata* da Rainha D. Mariana Vitória. Casou em 29.III.1746 com Rodrigo da Costa Pereira de Gouveia (Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real pelo seu casamento – Alvará de 8.II.1746). Tiveram:

III – D. Mariana de Vilhena Coutinho, *Açafata* da Rainha D. Maria I. Casou com Miguel de Arriaga Brum da Silveira, Cavaleiro de Cristo e Desembargador da Casa da Suplicação. Sem geração.

III – D. Ana Apolónia de Vilhena Abreu Soares, *Açafata* da Rainha D. Maria I. Casou com Gonçalo Botelho de Lemos do Rego (Eng.º-Mor do Reino, Tenente-General Cavaleiro de Cristo). Com geração extinta.



Este último exemplo diz, também, respeito a três gerações sucessivas de Damas da Rainha, mas que pertenciam ao estrato dos cargos intermédios. Na verdade, Gaspar Pacheco, o bisavô de D. Apolónia Pacheco de Sousa, já não possuía varonia dessa família. Mas os bons serviços prestados por ele e por seus irmãos, no período das Guerras da Restauração, levou a que fosse tomado como Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real (1645) e a que lhe fossem dadas, em 1647, armas de Pacheco. E nenhum dos futuros maridos de suas filhas e netas pertencia à primeira nobreza. Mas o que é certo, é que D. Apolónia foi, depois de viúva, Dona de Câmara das Rainhas D. Mariana Vitória e D. Maria I, tendo servido, com grande zelo, esta última soberana durante quarenta anos (Alvará 1778). Tal dedicação não ficaria sem recompensa, pois foi em atenção a ela que a primeira Rainha reinante de Portugal concedeu a Donataria do Reguengo do Cartaxo ao seu filho primogénito, em cuja família permaneceria durante mais duas gerações.

Bibliografia

ABECASIS MIB. 2009. A REAL BARRACA – A RESIDÊNCIA DA AJUDA DOS REIS DE PORTUGAL APÓS O TERRAMOTO (1756-1794). LISBOA: LIVROS E REVISTAS, UNIPessoal LDA.
 AGUIAR JV. 2017 – PRINCESAS ISABEL E LEOPOLDINA: MULHERES EDUCADAS PARA GOVERNAR. CURITIBA: APPRIS.
 ALGRANTI LM. 2020. NOTAS SOBRE A MESA DA CASA REAL PORTUGUESA NO REINADO DE D. JOSÉ I. IN SÁ, ISABEL DOS GUIMARÃES; FERNÁNDEZ, MÁXIMO GARCÍA - PORTAS ADENTRO, COMER, VESTIR, HABITAR (SS. XVI-XIX). COIMBRA: POMBALINA COIMBRA UNIVERSITY PRESS.
 ALVARÁ DE 29.01.1739 (D. JOÃO V), ALVARÁ, EM QUE DETERMINÃO OS TRATAMENTOS, QUE SE DEVEM DAR DE PALAVRA, E POR ESCRITO, NESTES REINOS E SENHORIOS. IN COLECCÃO DA LEGISLAÇÃO ANTIGA E MODERNA DO REINO DE PORTUGAL – PARTE II – DA LEGISLAÇÃO MODERNA – COLECCÃO CHRONOLOGICA DE LEIS EXTRAVAGANTES, POSTERIORES À NOVA COMPILAÇÃO DAS ORDENAÇÕES DO REINO, PUBLICADAS EM 1603, TOM. II DE LL., ALVV., ETC. COIMBRA: REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1809.
 ALVARÁ DE 04.02.1765 (D. JOSÉ), DECLARANDO A LEI DE 17 DE AGOSTO DE 1761, SOBRE LEGÍTIMAS, E DOTES DAS FILHAS DAS CASAS PRINCIPAIS. IN SILVA, ANTÓNIO DELGADO – COLECCÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA...PELO DESEMBARGADOR ANTÓNIO DELGADO DA SILVA. LEGISLAÇÃO DE 1763 A 1774. LISBOA: TIPOGRAFIA MAIGRENSE 1829.
 ALVARÁ DE 17.05.1777 (D. MARIA I), FAZENDO MERCÊ ÀS DONAS, MOÇAS DE CÂMARA E AÇAFATAS DO TRATAMENTO DE SENHORIA. IN SILVA, ANTÓNIO DELGADO – COLECCÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA...PELO DESEMBARGADOR ANTÓNIO DELGADO DA SILVA. LEGISLAÇÃO DE 1775 A 1790. LISBOA: TIPOGRAFIA MAIGRENSE 1828.
 ALVARÁ DE 28 DE JANEIRO DE 1778 (D. MARIA I), FAZENDO MERCÊ A JERÓNIMO PEREIRA COUTINHO DA DONATARIA DO REGUENGO DO CARTAXO PELOS SERVIÇOS DE SUA MÃE, D. APOLÓNIA PACHECO DE SOUSA – MERCÊS DE D. MARIA I, LIVRO 2, FOLHA 224.
 BEJA JB .2003. TRATADO JURÍDICO DAS PESSOAS HONRADAS, LISBOA: DISLIVRO, 2003.
 CASTILHO J. 1938. LISBOA ANTIGA: BAIRROS ORIENTAIS, 12, LISBOA: CÂMARA MUNICIPAL.
 CASTRO BJA; CUNHA VPN; CARVALHO JLF. 1817. O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA, 20. LONDRES: OFICINA PORTUGUESA.
 GAIO F. 1938A. NOBILIÁRIO DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL, 10. BRAGA: OFICINAS “PAX”.
 GAIO F. 1938B. NOBILIÁRIO DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL, 11, BRAGA: OFICINAS “PAX”.
 GAIO F. 1939. NOBILIÁRIO DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL, 15, BRAGA: OFICINAS “PAX”.
 GAIO F. 1940A. NOBILIÁRIO DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL, 22, BRAGA: OFICINAS “PAX”.
 GAIO F. 1940B. NOBILIÁRIO DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL, 26. BRAGA: OFICINAS “PAX”.
 GAIO F. 1941. NOBILIÁRIO DE FAMÍLIAS DE PORTUGAL, 28, BRAGA: OFICINAS “PAX”.
 GIRALDES JPCC. 1828. TRATADO COMPLETO DE COSMOGRAFIA E GEOGRAFIA HISTÓRICA, FÍSICA E COMERCIAL, ANTIGA E MODERNA, OFERECIDO A S. M. FIDELÍSSIMA O SENHOR D. JOÃO VI, 6. 1ª EDIÇÃO. PARIS: CHEZ FANTIN.
 LOURENÇO MPM. 2003. OS SÉQUITOS DAS RAINHAS DE PORTUGAL E A



INFLUÊNCIA DOS ESTRANGEIROS NA CONSTRUÇÃO DA “SOCIEDADE DE CORTE”. PENÉLOPE. LISBOA. 29.
 MACHUQUEIRO PUG. 2013. “NOS BASTIDORES DA CORTE: O REI E A CASA REAL NA CRISE DA MONARQUIA 1889-1908. TESE DE DOUTORAMENTO. LISBOA: UNIVERSIDADE NOVA.
 MATRIZ-NET – MUSEU NACIONAL DOS COCHES - FICHA DE INVENTÁRIO. HTTP://WWW.MATRIZNET.DGPC.PT/MATRIZNet/OBJECTOS/OBJECTOSCONSULTAR.ASPX?IDREG=148083.
 MONTEIRO NGF. 2003. O CREPÚSCULO DOS GRANDES (1750-1832). LISBOA: IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA.
 MORAIS CA. 1943. PEDATURA LUSITANA, TOMO 1, 1. PORTO: LIVRARIA FERNANDO MACHADO.
 MORAIS CA. 1944. PEDATURA LUSITANA, TOMO 2, 2. PORTO: LIVRARIA FERNANDO MACHADO.
 MORAIS CA. 1945. PEDATURA LUSITANA, TOMO 3, 1. PORTO: LIVRARIA FERNANDO MACHADO.
 MOURATO CJ. 1778. INSTRUMENTO DA VERDADE PRACTICA, ETHICA OU PHILOSOPHIA MORAL, 2. LISBOA: OFFICINA LUISIANA.
 PEREIRA WA. 2013. O ALMANAQUE IMPERIAL: A CASA IMPERIAL BRASILEIRA E AS SUAS TRADIÇÕES. BELO HORIZONTE: CLUBE DE AUTORES.
 SILVA MBN. 2005. SER NOBRE NA COLÔNIA. S. PAULO: EDITORA UNESP.
 SOUSA JJCP. 1825. ESBOÇO DE HUM DICCIONARIO JURIDICO, THEORETICO E PRACTICO, REMISSIVO ÀS LEIS COMPILADAS E EXTRAVAGANTES, 1. LISBOA: TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA.
 SUBTIL J. 2008. O ESTADO E A CASA DA RAINHA: ENTRE AS VÉSPERAS DO TERRAMOTO E O POMBALISMO. POLITEIA: HISTÓRIA E SOCIEDADE, 8.

Daqui e Dali

“Independentemente da arquitectura da «forma de Estado» vigente em Portugal, mais ainda nestes tempos de atomização social e perda de influência das estruturas tradicionais, agregadoras da «nação cultural», parece-me urgente que o espectro político moderado valorize e acarinhe a Casa Real Portuguesa. Razões mais que suficientes para que não nos deixemos intimidar e eximir a dedicar todas as forças a esta nobre causa com quase 900 anos que é encarnada pela Casa Real Portuguesa. Se essa promessa for cumprida, estou certo de que ficaremos mais perto de um Portugal tolerante e próspero — que os nossos filhos e netos saberão agradecer.”

João Távora, in Observador - 6 de Dezembro 2019

A MONARQUIA BRITÂNICA

UMA (MUITO) ANTIGA HISTÓRIA DE MODERNIDADE

Malcolm Howe

I-1683

O plano era assassinar Carlos II e o seu irmão, Jaime, herdeiro do trono, no regresso das corridas de Newmarket, no Suffolk. A conspiração falhou, e o Conde de Essex, o Barão Russell e alguns dos restantes conspiradores da Casa do Centeio acabaram na prisão. Talvez tenham tido tempo, antes de serem decapitados, de se surpreenderem com a reacção indignada do povo inglês, devida, talvez, a ainda trazer viva na memória a decapitação de um rei, Carlos I, com que se estreara a república tirânica e sanguinária de Cromwell e os anos horríveis de guerra civil.

Carlos II reinou como quis, sem restrições do Parlamento, e era rei absoluto à sua morte em 1685. E nem a maioria protestante, nem os receios em relação a Roma, à Áustria e ao Sacro-Império, ou ao catolicismo expansionista de França, suscitaram oposição à subida ao trono de Jaime II, o primeiro soberano católico desde a rainha Maria. E não houve levantamento popular quando o duque de Monmouth, bastardo e pretendente ao trono, invadiu o país, com promessas de uma renovação protestante da Inglaterra. Perante a apatia geral, Monmouth foi expeditamente derrotado pelas tropas do rei.

E, tal como o irmão, Jaime II fez tudo o que a sua real vontade lhe ditava, nomeadamente, suspender o Parlamento por este se ter oposto ao desagrevamento de medidas contra os católicos. Dissolveu-o depois, para sem ele governar durante ano e meio.

Todavia, uma coisa era a Inglaterra ter um rei católico; outra, uma dinastia deles. E, quando, em Junho de 1688, a segunda mulher de Jaime II, Maria de Modena, deu à luz um herdeiro varão, Jaime Francisco Eduardo Stuart, a nobreza agitou-se. Agitou-se, sobretudo, Guilherme de Orange, protestante, rei da Holanda em tudo menos no nome, e legítimo herdeiro do trono inglês, visto ser neto de Carlos I. Ameaçado, no Continente, pelas ambições francesas; ameaçado, em Inglaterra, de perder o trono para um católico, e a Inglaterra para o lado inimigo, Guilherme aceitou o convite de seis nobres e do bispo de Londres para invadir a Inglaterra. Jaime II terminaria a sua vida no exílio, na corte de Luís XIV. Maria, filha de Jaime II, e Guilherme de Orange seriam reconhecidos monarcas conjuntos pelo Parlamento, como Guilherme III e Maria II, rei e rainha da Inglaterra, Escócia e Irlanda.

O Parlamento inglês propôs a Guilherme praticamente o mesmo que propusera a Carlos I para o deixar de mãos atadas (e antes de lhe cortar a cabeça). Interessado no trono de Inglaterra, mas mais preocupado com a governação da Holanda, o rei aceitou tudo. E, assim, com esta *Revolução Gloriosa*, terminou



o absolutismo em Inglaterra. E em vez dele, nasce a primeira monarquia constitucional.

A Declaração de Direitos de 1689, marco histórico e peça fundamental do direito constitucional de Inglaterra, proclama certos direitos cívicos fundamentais e esclarece quem herda a Coroa. Estabelece limites aos poderes do monarca e decreta os direitos do Parlamento,

nomeadamente a exigência de eleições periódicas, a liberdade de expressão no Parlamento e a sujeição do lançamento de novos impostos a autorização do Parlamento. No Reino Unido, esta Declaração de Direitos, juntamente com a Magna Carta de 1215 e outra legislação, constitui a espinha dorsal da Constituição não codificada. A Lei da Reivindicação de Direitos, documento similar aprovado em 1689, vigora na Escócia. E, assim, o Palácio de Westminster passou à história com o cognome de Mãe de Todos os Parlamntos.

II A nova legislação só entra em vigor depois de receber o Assentimento Real, dado segundo a formulação francesa normanda *La Reyne le veult* (em francês moderno, *La Reine le veut*), ou seja, *A Rainha Assim Quer*. A última vez que o Assentimento foi negado foi em 1708, pela rainha Ana, que reinou como rainha de Inglaterra desde Março de 1702 a 1 de Maio de 1707, e depois como rainha da Grã-Bretanha até à sua morte em 1714. A consagração da união de Inglaterra e Escócia nessa nova Grã-Bretanha foi feita mediante as Leis da União de Maio de 1707, e a Rainha assim quis. O que já não quis (nem os seus conselheiros) foi aprovar a formação de uma milícia armada escocesa, por receio de futuras deslealdades.

Na monarquia constitucional britânica de hoje, se as leis são precedidas de beneplácito real, também a justiça é administrada em nome da Rainha, e todos os processos criminais são apresentados como *A Rainha v. (contra) o réu*. É a Rainha que, conhecidos os resultados das eleições gerais, convida o líder do partido político vitorioso a formar o Governo de Sua Majestade, e é Sua Majestade quem, perante o Parlamento lê o programa do seu Governo, do qual não tem autoria de uma palavra, pois ele foi escrito pelo primeiro-ministro. Os novos ministros da Coroa recebem da Rainha os respectivos selos de ofício e beijam a mão a Sua Majestade. E todos os *honorable* membros do Parlamento prestam juramento de lealdade antes de tomarem os seus lugares.

Em tempos de perigo, o monarca tem a prerrogativa de pedir aos principais partidos políticos que

formem uma coligação, como aconteceu, por exemplo, durante a depressão económica de 1931, com o governo nacional de Liberais, Conservadores e Trabalhistas, chefiado pelo liberal Ramsay MacDonald, com o conservador Stanley Baldwin a vice-primeiro-ministro; ou com o governo da Segunda Guerra Mundial, chefiado por Winston Churchill, líder do Partido Conservador, maioritário, e Clement Attlee, do Partido Trabalhista, como seu vice.

O primeiro-ministro tem uma audiência privada semanal com a Rainha, cujo conteúdo nunca é revelado – provavelmente o que permite a séries televisivas ficcionarem quanto lhes apetece sobre as relações entre soberana e, por exemplo, alguma primeira-ministra com que os autores do guião antipatizem.

Nas suas decisões, a Rainha dispõe do aconselhamento de um Conselho Privado (*Her Majesty's Most Honourable Privy Council*), constituído por estadistas dos principais partidos políticos e por juizes mais antigos.

III A coroa da Rainha pode ser mais ou menos imponente, mais alta ou mais discreta, ter jóias mais comuns ou de valor incalculável, mas as coroas não são A Coroa. A Rainha não é o mesmo que A Coroa. A Coroa é uma pessoa jurídica com direitos e deveres, rendimentos e despesas. A Coroa não é o mesmo que a Família Real. E Família Real e Coroa não são o mesmo que o Património Real, que engloba todas as propriedades reais.

A margem, e se quisermos complicar, a Rainha vive e reina no Palácio de Buckingham, mas o Palácio de Buckingham, sendo Património Real, e propriedade da Coroa, não é da Rainha nem da Família Real. Por outro lado, o castelo de Balmoral, onde a Rainha passa alguns períodos de férias, é (como a Casa de Sandringham) propriamente propriedade privada desta família real, e não do Património Real, pois foi comprado pela rainha Victoria e pelo príncipe Alberto.

Os monarcas costumavam receber rendimentos hereditários, que incluíam os lucros do Património da Coroa. Foi o rei Jorge III que aceitou renunciar aos rendimentos hereditários da Coroa em troca de um pagamento chamado *Civil List*, o rol ou lista de quantias determinadas anualmente pelo Parlamento para o pagamento das despesas da Família Real. Nos termos desse acordo, embora o Património da Coroa continuasse a ser propriedade do soberano, os rendimentos hereditários da Coroa eram postos à disposição do Governo. A *Civil List* era paga com esses fundos e destinava-se a financiar o cumprimento dos deveres do monarca, enquanto chefe de Estado da Grã-Bretanha. O acordo perdurou de 1760 até 2012. Actualmente, os rendimentos que o Governo obtém do Património da Coroa excedem sempre e substancialmente as necessidades da *Civil List*. E o rendimento total da Casa Real foi sempre muito maior do que os números da *Civil List*, porque incluía rendimentos adicionais separados, como os dos ducados da Cornualha e de Lancaster. Esta contabilidade não incluía os custos da segurança prestada por Polícia e Exército.

Nos termos da Lei da Provisão Soberana de 2011 o

sistema de financiamento da Casa Real foi alterado. A partir de 1 de Abril de 2012, o Tesouro paga uma Provisão Soberana anual única. A verba equivale a apenas 15% do lucro líquido apurado do Património da Coroa. Em 2016, foi anunciado um plano para o aumento da Provisão Soberana de 15 para 25%, para renovação e reparação do Palácio de Buckingham, percentagem essa que deverá ser revertida para os anteriores 15% após a conclusão do projecto, em 2027. Desde Março de 2019, a Provisão Soberana foi fixada em 44,4 milhões de libras, das quais 36,8 milhões para acorrer a futuros compromissos de manutenção do Palácio de Buckingham.



Feitas as contas, os portugueses trabalham até Junho só para pagar impostos e alimentar a República. A Coroa britânica fica um pouco mais em conta. Estima-se que a população total do Reino Unido em 2021 seja de 67.610.000, o que significa que a Monarquia custa anualmente a cada pessoa menos de 1 libra, ou, na nossa moeda, exactamente 1 euro. Foi a própria Rainha, e não a Provisão, que pagou a renovação do castelo de Windsor depois do enorme incêndio de 1992, um total de 36,5 milhões de libras.

Todos os anos, os membros da Família Real estão presentes em 2000 eventos oficiais no Reino Unido e por todo o Mundo. É fácil compreender porque é assim, quando recordamos que a Rainha é Chefe de uma Commonwealth de 54 nações independentes de diversas partes do planeta, Chefe de Estado de 10

deles, onde é representada por Governadores-Gerais. Sete dessas nações são monarquias; as restantes, são repúblicas, e, surpreendentemente, Moçambique é uma delas desde 1995. Nessas deslocações, os membros da Família Real só utilizam aviões ou comboios privativos quando as longas distâncias ou os destinos a isso obrigam; normalmente, usam os meios de transporte comerciais.



Victory Parade, 19 July 1919. Left to right: King Manuel II of Portugal, Queen Augusta Victoria, The Prince of Wales, King George V, Queen Mary and Queen Alexandra, George V's mother

IV No dia 17 de Outubro de 1521, o Papa Leão X concedeu a Henrique VIII o título de *Defensor da Fé*. A sua morte, poupou-o aos feitos do Rei inglês, à sua busca febril de um herdeiro, à incompatibilização com Roma, até à sua proclamação como «Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra», doze anos depois, um título que viria a ser reproduzido nas moedas desde então.

Para a frente no tempo, muito depressa porém, e deparamos com uma Inglaterra de diversos credos e liberdade religiosa. E com um herdeiro do trono, o príncipe Carlos, cultor da modernidade (e do mais fino humor inglês), que depois da defesa de causas ambientais desde quando elas não eram moda; que depois da crítica a soluções arquitectónicas aberrantes, hoje tidas por desastrosas, anunciou que quando subir ao Trono gostaria de ser referido no plural, ou seja, como *Defensor das Fés*. Os capelães da Rainha têm o direito de usar as vestes escarlates que os distinguem. O que não impede que quando a Rainha passa para Norte da fronteira, a religião mude para a Igreja Presbiteriana da Escócia, que não tem bispos e é chefiada por um moderador eleito. Com Carlos, será apenas outra Fé e o mesmo Defensor.

V Nas cerimónias que antecedem cada Grande Prémio de Fórmula Um, Lewis Hamilton, negro, sete vezes campeão do Mundo na modalidade mais exigente do automobilismo mundial, ajoelha em nome do *Black Lives Matter*, envergando uma T-shirt do movimento. Bom marketing e publicidade... estrangeiros; fraco e negativo critério para o britânico Sir Lewis Hamilton, que bem poderia orgulhar-se de ter sido feito Cavaleiro da *Most Excellent Order of the British Empire* pela sua Rainha, Isabel II, e o seu primeiro-ministro, Boris Johnson.

As Ordens Honoríficas de Cavalaria são normalmente concedidas duas vezes por ano, para marcar o Novo Ano e o aniversário oficial da Rainha, o segundo sábado de Junho (e não o da sua data de nascimento, que é 21 de Abril de 1926). As listas são elaboradas pelo gabinete do Primeiro-Ministro – embora as nomeações possam ser feitas por qualquer pessoa – e confirmadas pela Rainha. As investiduras com as insígnias são feitas no Palácio de Buckingham por um membro da Família Real. É, também, ao Governo que cabe escolher os Pares. Só a Rainha pode nomear os Cavaleiros e *Ladies* da Ordem da Jarreteira e é só a Rainha que decide dos títulos e honras da Família Real.

VI Num documentário televisivo recente sobre a Família Real inglesa, há uma breve cena encantadora. Tomado à parte, num momento de descanso, o príncipe Carlos, com expressão serena e pensadora, quase lamenta: «É o dever... Há muitas pessoas que não sabem o que é... não compreendem.»

Cabe-nos a nós pensar em que estaria a pensar o príncipe. Mas imaginemos que fosse, por exemplo, num casal relativamente jovem, que resolvera dar uma entrevista ressentida, a qual lhe saiu estrondosamente pela culatra. «A firma», chamou Meghan Markle à Família Real britânica. «A firma», disse ela, tão longe de supor que acabara de proferir o maior elogio possível sobre a realidade a que virara costas.

«A firma» e «o dever». A Coroa britânica trilha um caminho sensível entre solenidade, dever e dignidade de Estado, por um lado, e a proximidade – «os afectos», para usar uma expressão mais pedestre. É a proximidade e o relacionamento com os súbditos no Reino Unido e na Commonwealth que leva cada membro da Família Real a centenas de eventos todos os anos. Como as festas no Palácio de Buckingham, por exemplo. Mas quais “festas”? Da seguinte forma:

Cada condado tem um Lorde Tenente, normalmente nomeado vitaliciamente, para representar a Rainha, e com poderes para nomear delegados. Eles estão sempre presentes aquando de visitas oficiais de membros da Família Real aos respectivos condados. Os Mayors dos *boroughs* e cidades têm um mandato de apenas um ano, e também representam a Soberana nas respectivas comunidades. Ora, acontece que, todos os Verões, a Rainha convida pessoas escolhidas por esses representantes para festas no Palácio de Buckingham, em reconhecimento dos seus leais serviços. Não é de crer que algum dos convidados se sinta numa festa de empresa, ou se julgue distante da sua Rainha.

A 6 de Fevereiro de 2022, a Rainha Isabel II terá reinado durante 70 anos, mas esta data não é celebrada, dado que é o aniversário da morte do seu pai, o Rei Jorge VI. O Governo de Sua Majestade anunciou que as comemorações do Jubileu de Platina se realizarão durante quatro dias com feriados nacionais prolongados entre 2 e 5 de Junho.

CONVIDADO ESPECIAL

Jorge Leão

Nasceu no Porto, onde frequentou o Colégio Alemão, tendo depois estudado Economia dois anos, optando de seguida pelo Direito, curso no qual se licenciou na Universidade de Coimbra. Casado, pai de uma filha e avô de três netos, advogado desde 1978, é Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro de Graça Magistral da Ordem de Malta e Sócio do Turf Club desde 1986. Paralelamente, tem exercido várias funções em órgãos sociais de empresas e associações não lucrativas, designadamente comerciais, culturais e desportivas.

Como iniciou a sua militância monárquica?

Uma inusitada independência permitiu-me dividir desde muito novo o meu tempo entre o Estoril, Lisboa e Coimbra, onde residi longos meses intercalados sempre com o Porto. Depois da recruta iniciada em Mafra na semana do 25 de Abril, cumpro a especialidade no Lumiar e fiquei a prestar o serviço militar em Lisboa. Seguiu-se o estágio de advocacia no Porto, após o que fui dos primeiros a dedicar-me ao direito empresarial e de trabalho, conseguindo afirmar-me como advogado e consultor de empresas e de investimento estrangeiro, particularmente de países de língua alemã. Embora, naquele tempo, os convites fossem fáceis e para muitos gostos, a actividade e visibilidade política nunca me entu-

siasmaram. No entanto, o gosto pela história foi-me aproximando das ideias monárquicas, tendo-me inscrito como associado da Real Associação do Porto em 1990. Para minha surpresa, em 1993, recebi a Cruz de Mérito da Causa Monárquica. Em 1999 integrei o Conselho Consultivo da Real Associação do Porto por convite do Alcino Cardoso, a partir de 2011 a Direcção, da qual fui vice-presidente de 2002 a 2005, tendo a partir de 2006 sido presidente da Direcção.

Que melhores recordações guarda dos seus mandatos à frente dos destinos da RAP?

Ao longo de quinze anos, são muitas as boas memórias. Desde logo, todos os momentos em que tive a honra e o privilégio de acompanhar pessoalmente

S.A.R. o Senhor Dom Duarte e a Família Real, dos quais destaco alguns.

Nas celebrações dos 500 Anos da Outorga do Foral Manuelino a Felgueiras, tive o privilégio de acompanhar S.A.R. na apresentação do livro “Felgueiras e a Associação de Municípios do Vale do Sousa”, precedida de uma visita à Casa do Pão de Ló de Margaride, de um jantar organizado pelo presidente da Câmara, seguido de uma conferência no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Pernoitámos no bonito Paço de Pombeiro, e no dia seguinte visitámos uma grande fábrica de calçado e o Mosteiro de Pombeiro na companhia do presidente da Câmara de Felgueiras. No âmbito do percurso da Rota do Românico visitámos, ainda, o Mosteiro de Paço de Sousa em Penafiel.

Em 2016, acompanhei o Senhor Dom Duarte na Festa das Fogaceiras, em Santa Maria da Feira, num jantar privado com o presidente da Câmara, tendo no dia seguinte participado no Cortejo Cívico e assistido à Missa Solene com Bênção das Fogaças.

E, naturalmente, quero realçar a grande alegria de ter contado com a presença da Família Real ao longo dos anos no Jantar do Aniversário da Real Associação do Porto, jantares sempre muito frequentados e apreciados.

Em 2019 não posso deixar de destacar o sucesso de duas palestras organizadas no Ateneu Comercial do Porto em celebração do Centenário da Monarquia do Norte, tendo ambas esgotado os lugares sentados e um jantar no Clube de Leça com a presença de Sua Alteza Dom Miguel de Bragança, com um menu à época.

Permito-me evidenciar dois grandes momentos políticos organizados pela Real Associação do Porto. O debate sobre as eleições europeias com os candidatos do PS, CDS, Aliança e Iniciativa Liberal, em que tivemos o gosto de contar com S.A.R. o Senhor Dom Afonso e cerca de 200 pessoas, e o debate sobre as eleições legislativas, com os candidatos do PS, PSD, CDS, Aliança e Iniciativa Liberal, em que estiveram cerca de 250 pessoas, incluindo um ministro, um secretário de estado e dois ex-ministros.

Por último, não posso deixar de referir os muitos momentos de alegria que nos deu, a mim e ao Paulo Valença, organizar a Taça Duque do Porto, que foi jogada de 2014 a 2017 em sete campos de golfe no norte do país e em dois campos no Algarve, com a participação de Sua Alteza o Duque do Porto em todas as finais, tendo dado a conhecer a mais de mil participantes o nosso movimento.

Qual a sua maior frustração?

A minha maior frustração é ter a noção de que, apesar de todo o trabalho, divulgação e empenho ao longo destes anos, persiste a confusão para os portugueses entre a Causa Real, as Reais Associações,

o Partido Popular Monárquico e outras associações monárquicas, o que prejudica a nossa mensagem e o nosso Movimento. Teremos de conseguir comunicar as nossas ideias, esclarecer que monarquia preten-

demos e como a queremos concretizar. Deixar claro que o Rei personifica uma instituição independente, estável e representativa, com todas as inerentes vantagens para Portugal.

É conhecida a sua paixão pelo Golf. Quando se voltará a disputar a Taça Duque do Porto e em que moldes?

Quando a Real Associação do Porto se viu obrigada a renunciar à organização da Taça Duque do Porto, por tal actividade não constar do seu objecto social e, consequentemente, não permitir a aceitação de donativos de patrocinadores, desafiei o Paulo Valença para continuarmos a promover a Taça Duque do Porto numa nova associação. A criação da ARSCD – Associação Real Social Cultura Desporto foi previamente comunicada a S.S.A.A.R.R., que foram convidados para associados honorários. Entretanto, a Taça Duque do Porto vai passar a ser um torneio anual, que será jogado no melhor campo do norte de Portugal e um dos melhores da Europa – o Estela Golf Club.

Uma mensagem de despedida para os associados da Real Associação do Porto.

Não será uma mensagem de despedida, mas uma mensagem de continuidade, como associado e presidente da mesa da Assembleia Geral da Real da Associação do Porto. Espero dar o meu contributo à actual Direcção, que, estou certo, irá fazer um excelente trabalho a desenvolver e credibilizar uma alternativa monárquica

• ENTREVISTA DE JOÃO TÁVORA

Daqui e Dali

“ Nas grandes crises nacionais, nas épocas em que a Nação busca ansiosamente rumo, como é a nossa, só o Rei tem a virtualidade de se identificar com todos e com ninguém, de “servir”, de realizar todos os ideais sem com eles se confundir, de consentir todas as esperanças sem que uma exclua ou mate necessariamente as outras.”

Francisco de Sousa Tavares in Combate Desigual - 1965

ENTREVISTA A

Manuel Braga da Cruz

Entrevista coordenada por João Távora

Manuel Braga da Cruz nasceu em Tadem (Braga) em 1946. Licenciado em Filosofia (Braga 1968) e em Sociologia (Roma 1973) é doutorado e agregado em Sociologia Política (Lisboa, 1987 e 1992). Professor catedrático na Universidade Católica Portuguesa, da qual foi Reitor entre 2000 e 2012, é membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, da Academia Portuguesa da História, da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Marinha. Com vasta obra publicada, Manuel Braga da Cruz, que hoje entrevistamos, é filho de Guilherme Braga da Cruz insigne académico, juriconsulto, historiador, doutrinador social e pedagogo, lugar-tenente de D. Duarte Nuno de Bragança. É um dos maiores activos, intelectuais e humanos, do movimento monárquico, com lugar no Conselho Privado de SAR o Senhor Dom Duarte de Bragança.

Sabemos da sua grande preocupação com a erosão do sistema político português. Considera que o problema se mantém neste período conturbado em que vivemos?

A necessidade de reforma do nosso sistema político, que é velho de 45 anos, é estrutural e não meramente conjuntural.

Se pudesse reformar o sistema político, que lugar e que papel, que competências e que atribuições, formais e mesmo informais, reservaria para a Chefia do Estado?

O Chefe de Estado, que a transição para a democracia aconselhou fosse eleito por sufrágio universal para legitimar politicamente o líder militar do 25 de Novembro, tem hoje uma legitimidade muito superior aos seus poderes normais, que importa corrigir. Partidário, como sou, de uma chefia de Estado não electiva e hereditária, entendo que se deve suprimir o que resta de presidencialismo no nosso sistema de governo, reforçando o parlamentarismo democrático.



Tem referido em várias ocasiões a sua simpatia por um sistema parlamentar bicameral à semelhança do vigente nas monarquias europeias. Quais são as principais vantagens desse modelo?

As monarquias europeias democráticas têm necessariamente um sistema de governo parlamentarista e, na maioria delas, um parlamentarismo bicamaral. A vantagem da Câmara Alta decorre da necessidade de enquadrar a Câmara Baixa, para uma maior ponderação e qualificação do processo legislativo e parlamentar.

Com uma Câmara Alta resolveríamos também o problema do excesso de deputados, mantendo o mesmo número de parlamentares, que não é excessivo, para além de promovermos a profissionalização da política com o incentivo a carreiras parlamentares.

Reconhecemo-lo como um adepto do parlamentarismo. Considera que esse sistema poderia aplicar-se em Portugal nos nossos dias e, sendo-o, seria benéfico para o país?

A adopção em Portugal de um sistema de governo parlamentarista deveria ser acompanhada de uma reforma do sistema eleitoral, introduzindo a uninominalidade e a possibilidade de candidatos independentes, para além da consagração

parlamentar de uma maior autonomia dos deputados em relação aos grupos parlamentares.

À semelhança do período do final da monarquia constitucional, a “partidocracia”, em que há mais alternância que verdadeira alternativa, constitui uma ameaça ao regime e ao País. Acha possível regenerar o sistema sem ruptura?

A partidocracia actual precisa de ser contrariada com uma maior abertura dos partidos à sociedade, através da uninominalidade das candidaturas e de uma alteração do financiamento público dos partidos, que os torna actualmente dependentes do Estado e os desliga do eleitorado e dos militantes.

Em sua opinião, quais são os principais motivos que justificam o afastamento dos jovens da política? Como poderá inverter-se esta tendência e recuperar um maior apego à causa pública e mais dedicação ao bem comum?

A vida pública tornou-se pouco atractiva para muitos cidadãos. Sou defensor da melhoria das condições de remuneração dos deputados e governantes e do estímulo à exclusividade dos parlamentares.

Por outro lado, o necessário escrutínio pelos media da actividade política não pode deixar de respeitar a vida privada dos políticos. Esse escrutínio tornou-se devastador, enfraquecendo a autoridade dos políticos e desincentivando o exercício de funções públicas, já de si pouco encorajantes pela forma como a corrupção as tem desprestigiado. É preciso dignificar a causa pública e promover culturalmente a dedicação ao bem comum.

Vivemos num sistema semipresidencial.

Considera que a coabitação entre presidência e governo tem sido garante de estabilidade?

A experiência tem demonstrado que a coabitação se tem revelado benéfica para o equilíbrio do sistema de governo. A parlamentarização que defendo deve

ser acompanhada por maior poder regulador do Chefe de Estado, através do Conselho de Estado e da Câmara Alta.

Qual o sistema eleitoral que considera mais adequado a Portugal?

A reforma do sistema eleitoral deve responder às

quatro grandes necessidades que temos: uma maior governabilidade e estabilidade governativa, através do maioritário uninominal, para escolher metade do parlamento; uma melhor representatividade, através do círculo nacional, para escolher a outra metade do parlamento, acompanhado de uma “cláusula barreira” para entrar no parlamento por este meio, impedindo a fragmentação partidária do parlamento; maior pessoalização do voto, com escolhas uninominais em círculos mais restritos; e maior abertura dos partidos à sociedade civil, com maior poder aos cidadãos para indicar e escolher candidatos.

Não sou defensor da eliminação total da proporcionalidade, mas antes da adopção de um sistema misto, à alemã.

Considera que, para bem da nossa democracia, o ideal seria um Chefe de Estado sem eleição directa. Porquê?

Com certeza que sim. Um Chefe de Estado não eleito directamente, sem extracção partidária, reforçaria a autoridade e a unidade do Estado, poupando a mais alta magistratura às discussões das campanhas eleitorais, e evitando expectativas defraudadas pós-eleitorais.

Temos vindo a observar várias alterações políticas nos últimos tempos que poderão pôr em causa a configuração tradicional do parlamento e o próprio exercício da política. Nomeadamente, parece verificar-se uma maior pulverização partidária que tenderá a potenciar a realização de um maior número de coligações. Como avalia as transformações em curso? Quais destaca?

A fragmentação partidária a que assistimos não é benéfica para a governabilidade. As coligações devem ser anunciadas antes das eleições. Os partidos devem ser abrangentes, constituindo no seu interior essas coligações, e não devem ser restringidos às suas oligarquias. Não precisamos de mais partidos, mas de melhores partidos.

Preocupa-o a actual erosão do centro político que se verifica um pouco por toda a Europa?

A radicalização política, nas franjas do sistema partidário, é possibilitada pelo sistema proporcional. Deve ser combatida, não só pela alteração do sistema eleitoral, como sugeri, mas também pela introdução parcial de um escrutínio maioritário, que reforçará os partidos moderados.

Atravessamos uma grave crise de lideranças político-partidárias. Escasseiam os grandes homens públicos de Estado que nos habituámos a ver à frente do Estado e dos partidos.

Considera que a política portuguesa está também a ficar mais polarizada? Devemos estar preocupados com o futuro da nossa democracia?

Se não reformarmos atempadamente o sistema político – sistema eleitoral, sistema partidário,

A fragmentação partidária a que assistimos não é benéfica para a governabilidade. As coligações devem ser anunciadas antes das eleições.



sistema parlamentar e sistema de governo – corremos o risco de rupturas indesejadas.

O futuro do país passa pela educação dos nossos filhos. Como avalia o trabalho realizado neste domínio? O que poderá ser melhorado?

A educação precisa de liberdade e de competitividade institucional, ou seja, de liberdade de escolha e de igualdade de condições de funcionamento e de financiamento. O que existe em Portugal é mais uma tolerância do que uma liberdade de educação. Para além disso, a autonomia escolar deve capacitar as escolas para uma maior responsabilidade e criatividade pedagógica, de acordo com projectos educativos concorrenciais.

Os nossos jovens saem cada vez mais de Portugal para trabalhar e para estudar. O que pensa sobre isso?

Devemos formar cada vez mais para o mundo. A mobilidade internacional é positiva e obriga-nos a procurar fixar e atrair os melhores valores.

É reconhecida a sua intervenção pública enquanto monárquico. O

que pensa do movimento e o que deveria ser feito para a sua maior afirmação?

O movimento monárquico está hoje pouco articulado e organizado. Uma maior coordenação seria



benéfica. Por outro lado, precisa de ser mobilizado em torno de causas e combates políticos como, por exemplo, a revisão da Constituição, no sentido de uma maior qualidade da democracia, possibilitando a escolha de um regime monárquico.

O Senhor Dom Duarte assumiu toda a vida um papel de representação do país ainda que de uma forma não-oficial. Considera que a sua entrega e dedicação é reconhecida pelos portugueses? O Estado português deveria, ele próprio, reconhecê-la mais cabalmente? A ser o caso, de que forma?

O Senhor D. Duarte tem sido um notável representante da Nação portuguesa, na sua dimensão histórica e cultural. Isso mesmo foi reconhecido pela maioria dos portugueses na sondagem realizada pela Universidade Católica em 2003. Seria bom que o Estado português, e as suas autoridades, soubessem aproveitar e potenciar este papel do Senhor D. Duarte, incumbindo-o de missões junto das comunidades portuguesas, dos países de expressão portuguesa, e de outros países.

E seria de elementar justiça e bom senso, para esta representação, que o Senhor D. Duarte fosse constituído Presidente da Junta Geral da Fundação da Casa de Bragança. Junta essa que nomeia o Conselho de Administração.

Faz parte do Conselho Privado de SAR o Duque de Bragança. O trabalho das estruturas de apoio à Casa Real é pouco conhecido. Que aspectos destacaria? De que modo poderão estas adaptar-se aos novos tempos, marcados pela digitalização?

O Senhor D. Duarte ouve periodicamente o seu Conselho Privado sobre as suas intervenções e ac-

tuações. As muitas actividades do Senhor D. Duarte, de enorme relevância, são pouco conhecidas e deveriam ser dadas a conhecer a um público muito mais vasto, sobretudo através da melhoria dos “sites” da Casa Real e da Causa Real.

O actual representante da Casa Real Portuguesa une as duas facções monárquicas que existiam no séc. XIX, eliminando por essa via questões e disputas passadas. É curiosa uma afirmação que fez há tempos de, que ao contrário de Dom Miguel I, que se viu obrigado a partir para o exílio, o miguelismo até hoje permaneceu em solo pátrio. Pode partilhar connosco um pouco mais do seu pensamento a este respeito?

O Miguelismo foi um saudosismo das tradições portuguesas, que se manteve por largos anos. A tradição é hoje cada vez mais moderna. As instituições com lastro, são mais fortes e actuaentes.

Circula frequentemente no meio monárquico a frase, atribuída a Alexandre Herculano, “Se mandaram os reis embora, hão-de tornar a chamá-los”. Em sua opinião, o que será preciso para que se cumpra este vaticínio? Que ganhos colectivos resultariam da sua concretização? Dito de outro modo, como é o Reino de Portugal com que sonha?

A monarquia há-de regressar a Portugal quando o povo compreender as suas vantagens e fizer essa opção. A nós compete tornar possível esse momento.

FOTOGRAFIAS: © Cristina Gomes

QUER PRESERVAR O SEU PATRIMÓNIO OU FAZÊ-LO CRESCER?

Na Multi Family Wealth ajudamos o futuro das famílias contribuindo para o crescimento do seu património. Isto significa fazê-lo crescer de forma sustentada e responsável, com base em critérios de investimento conservadores e simples, mas também inovadores. O aconselhamento da Multi Family Wealth, apoiada por sólidos parceiros internacionais, tem contribuído para rentabilidades das carteiras que estão no topo dos rankings de resultados de acordo com análises globais comparativas feitas por entidades independentes tais como a CityWire ou a Bloomberg.

Junte o futuro da sua família ao nosso.

www.mfwealth.co.uk | hello@mfwealth.co.uk

Apenas para Investidores Profissionais.
A MFW – Multi Family Wealth Limited (FRN 734573) é um
Appointed Representative da Sturgeon Ventures LLP (FRN 452811)
que é autorizada e supervisionada pela Financial Conduct Authority (FCA).
Aviso Legal: as rentabilidades passadas não são garantia de performance futura.



MFW WEALTH
MANAGEMENT

PORTUGAL FAZ BEM

A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão constituiu-se em 30 de Novembro de 2018 com a missão de enaltecer Portugal, dando prioridade a quatro pilares: a Cultura, a Educação, a Beneficência e a Investigação.

A Fundação propõe-se ir onde outros não vão:

- Dando visibilidade a Portugal, promovendo a cultura, a cooperação para o desenvolvimento e a cidadania;
- Apoiando a excelência na educação com um enfoque moderno e dinâmico;
- Acorrendo aos que mais necessitam nas realidades que lhes são próximas;
- Encorajando investigação científica com impacto na vida quotidiana das pessoas.

ca@gaudiummagnum.org
+351 218 075 070
Rua de São Bernardo, 31 R/C
1200-823 Lisboa



Como é sabido, Portugal nasce do reconhecimento da nacionalidade pela Santa Sé que, através da bula Manifestis Probatum de 23 de Maio de 1179, confirmou D. Afonso Henriques como Rei de Portugal. Desta longa história diplomática com cerca de 900 anos, dá testemunho um vasto e notável acervo de documentos que ilustram estas relações e revelam a identidade e as características de uma das mais antigas nações da Europa.

Por ocasião da assinatura deste acordo, foi também concedida uma audiência privada do Santo Padre Papa Francisco aos fundadores Maria e João Cortez de Lobão e família, tendo-se seguido na Biblioteca Apostólica Vaticana a assinatura do Memorando. Assinaram, pela parte da Santa Sé, o Cardeal D. José Tolentino de Mendonça, e pela Fundação, a Maria e o João Cortez de Lobão. A cerimónia de assinatura contou também com a presença do Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Dr. António Almeida Lima.

Os trabalhos que serão desenvolvidos por peritos de cada área, poderão

Fundação Gaudium Magnum assina Memorando de Entendimento que estabelece uma parceria com a Santa Sé

A Santa Sé e a Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão assinaram um Memorando de Entendimento (MdE) que permite pela primeira vez, proceder-se ao levantamento, digitalização, selecção e estudo de documentos relevantes da história das relações entre o Vaticano e Portugal, e que estão guardados na Biblioteca Apostólica Vaticana. O MdE foi assinado no passado dia 29, na Cidade do Vaticano.

igualmente contar com o contributo de instituições científicas que para tal serão convidadas. À medida que os trabalhos decorrerem serão propostos colóquios, conferências, exposições e publicações a fim de dar a conhecer a um vasto público as conclusões dos trabalhos desenvolvidos.

A BAV é uma das mais ricas bibliotecas do mundo e possui um dos mais notáveis arquivos. Entre tantos tesouros excepcionalmente valiosos encontram-se muitos materiais que têm relevância directa para a história portuguesa: para além de registos de tipo eclesiástico e religioso, há abundante documentação de ordem diplomática, política, artística, literária, cultural, científica...

Alegremo-nos com a boa notícia deste Memorando que vai permitir a democratização do acesso a um acervo de documentos do maior interesse para o conhecimento da História de Portugal.

Ao assinar este MdE, a Fundação Gaudium Magnum aproveitou para

oferecer ao Santo Padre um raro manuscrito dos sermões de São Bernardino de Sena, datado de 1423, que até agora não existia na Biblioteca. •



Visita da Família Real aos Açores, numa iniciativa conjunta da R. A. da Ilha Terceira com a R. A. da Ilha de São Miguel.

Nas ilhas Terceira, Pico, Faial e São Miguel, a Família Real Portuguesa contactou as forças vivas locais, espalhando simpatia em resposta a tão empolgante acolhimento



A Família Real visitou os Açores de 15 a 18 de Maio. No dia 15, na Ilha Terceira, os Duques de Bragança e o Príncipe da Beira almoçaram em casa dos Embaixadores Pedro e Cheryl Catarino, foram recebidos no Palácio dos Capitães Gerais por Artur Lima, vice-presidente do Governo Regional dos Açores, presenciaram, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a conferência de Avelino Freitas de Meneses intitulada “Dos Açores do passado aos Açores do presente e do futuro: a política, a religião e o povo”, participaram na missa de Pentecostes na Igreja da Sé, presidida pelo cónego Ângelo, foram recebidos pelo bispo de Angra do Heroísmo, D. João Lavrador, no Palácio do Episcopado e tiveram um encontro no Moinho da Agualva proporcionado pelo presidente da Junta de Freguesia em colaboração com o presidente da Câmara da Praia da Vitória. Os membros da Real Associação da Ilha Terceira acompanharam o programa intenso.

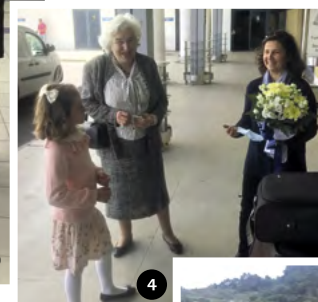
Neste primeiro dia, o mais importante foi a evocação do Espírito Santo evidenciada por Avelino Freitas de

Meneses ao esclarecer que ao longo de quinhentos anos de História dos Açores - com algumas décadas de centralização político administrativa ditadas de cima - o que prevaleceu para a unidade e identidade açoriana foi o culto ao Espírito Santo e a unidade na diversidade da organização eclesial das Ilhas. O Senhor Dom Duarte complementou dizendo que são essas instituições que poderão desenvolver a identidade portuguesa espalhada pelo mundo cabendo aos

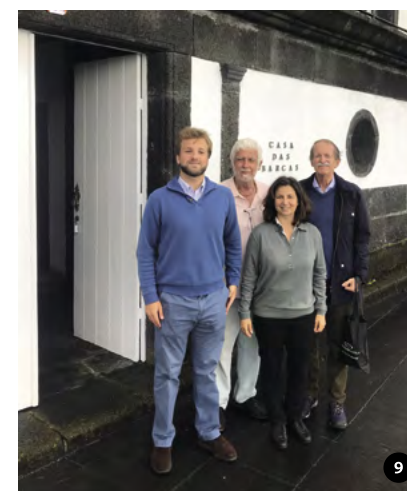


açorianos a responsabilidade de as difundir. A sugestão foi confirmada pelo pároco da Sé que, na homilia do Pentecostes, lembrou que as únicas ordens dadas por Jesus Cristo foram “Fazei isto em memória de mim; amai-vos uns aos outros; e, ide por todo o mundo anunciar a Boa Nova”. Nem por acaso, a recepção na Agualva incluiu sopa do Espírito Santo e bolos Rainha Dona Amélia que, ao jantar, foram de novo invocados na memória futura de Portugal e da Família Real que o representa com naturalidade.

O segundo dia foi dedicado ao Pico. O Senhor Dom Afonso subiu com designio à cratera do Pico em dia de chuva e de nevoeiro e os Duques de Bragança sentiram a simulação dos terremotos, a viagem ao centro da terra e as texturas dos muitos basaltos e tufos das ilhas na Casa dos Vulcões. A explicação da vinha e do vinho do Pico foi notável, não só na visita à Área de Paisagem Protegida da Vinha do Pico, mas também no almoço com os presidentes das Câmaras Municipais da Madalena, São Roque e Lajes no Ancoradouro. A conversa sobre as vantagens e desvantagens de um teleférico, os limites aos mandatos eleitorais, o rendimento mínimo garantido, a atracção de indústria ligeira em novas tecnologias da informação, o vinho e



o queijo, correu sem a necessidade de ocultar temas politicamente incorrectos num ambiente de diálogo franco e aberto que foi notado ao longo da visita. SS.AA.RR foram recebidos na Casa das Barcas no Cais do Pico tendo António Baião proporcionado uma visita a uma parte da ilha. O mais importante neste segundo dia terá sido a subida à montanha do Pico por Dom Afonso com o apoio de um guia proporcionado pela Câmara Municipal da Madalena. Pouco importa a vista que não viu nesse dia, mas percebeu no dia seguinte quando sobrevoou a montanha; o relevante foi o desafio vencido para todas as montanhas que a vida lhe coloque à frente no serviço que se prepara para fazer a Portugal e aos portugueses.



O terceiro dia foi mais político, na Horta. Um almoço com os deputados dos vários partidos no Peter's, evidenciou o espaço de interacção criativo



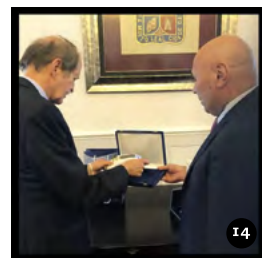
FOTOGRAFIAS: 1- Duques de Bragança recebidos pelo vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, © JEdgardo Vieira; 2-Duques de Bragança com a Confraria de Nossa Senhora da Conceição na Sé de Angra do Heroísmo por ocasião da Eucaristia de Pentecostes; 3/4- Chegada da Família Real ao Aeroporto das Lajes; 5/6 - Recepção no Moinho da Agualva organizada pela Junta de Freguesia com a colaboração da Câmara Municipal da Praia da Vitória; 7 - Família Real nas Lages do Pico; 8- Dom Duarte no Museu da Vinha e do Vinho no Pico. 9- SS.AA.RR com António Baião na Casa das Barcas; 10- Duques de Bragança no Ancoradouro com as Famílias dos presidentes de Câmara de São Roque do Pico, Madalena do Pico e Lajes do Pico. 11 - Família Real com o Secretário Regional das Pescas e os deputados da Assembleia Legislativa Regional no Restaurante Peter's.





12

possibilitado pela instituição real e permitiu relevar a necessidade de os políticos serem não só representantes do povo, mas também esclarecedores do povo para a necessidade de medidas essenciais porventura impopulares no curto prazo. A visita ao presidente da Assembleia Legislativa Regional, o encontro com o presidente



14

da Câmara da Horta e a conferência de Assunção Cristas confirmaram o desígnio do dia. Vale a pena lembrar a mensagem da jurista sobre a urgente ligação das ciências do mar ao direito e economia do mar feita necessariamente pelos políticos; políticos que, por isso, mesmo devem estar informados e ser conhecedores do comportamento do meio ambiente e da reacção dos

homens ao ambiente e à regulação.

Nesse mesmo dia, o avião da Horta chegou às 20:10 a São Miguel. Seguiu-se um jantar com alguns membros da Real Associação da Ilha de São Miguel e a estadia no Palácio do Jardim de José do Canto. O dia 18 de Maio foi de oração e de encontro. Oração pelas vítimas da pandemia na Ermida de Santana pelas 10H00 rezada pelos Romeiros de São Miguel e participada por todos. Encontro das famílias de São Miguel com a Família Real no espaço maravilhoso do Palácio do Jardim José do Canto proporcionado pelos Condes de Albuquerque. A oportunidade simpática que um espaço bonito e bem cuidado possibilita, para conversar com calma sobre tudo e sobre nada sem os entraves do politicamente correcto e com a vontade do bem de todos. •

Tomaz Ponces Dentinho, Presidente da Real Associação da Ilha Terceira



15



17



13

12-Família Real na Travessia do Pico para o Faial
13- O Duque de Bragança, em entrevista para o programa *Açores Hoje*, da RTP Açores, no Palácio do Jardim Botânico. © Luís Sousa; **14-** Dom Duarte com o Presidente da Câmara da Horta, José Leonardo Silva; **15-**Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Maria Jose Duarte, Família Real e Família Athayde descerram painel de azulejos no Jardim José do Canto em Ponta Delgada; **16/17-** SAR com a Real Associação de São Miguel, alguns dos nossos associados presentes e a presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, no Jardim José do Canto em Ponta Delgada.
Nota: grande parte das fotografias foram gentilmente cedidas por © Tomaz Dentinho.



16



REAL ASSOCIAÇÃO DO PORTO

A Real Associação do Porto iniciou o ano de 2021 elegendo uma nova Direcção que assumiu funções em Março. Três dos actuais membros participaram no elenco anterior, e entusiasmaram-se outros e mais novos associados a disponibilizarem-se também a participar nesta nova gestão.

Decidira-se já anteriormente que a criação de uma dinâmica nova só faria sentido assim que fosse perceptível o abrandamento dos nefastos efeitos da pandemia, situação que, com alguma aprendizagem da sociedade e com o processo de vacinação em desenvolvimento permite agora vaticinar melhores dias para todos nós.

É assim, com espírito de missão e com ambição que começamos este ano e este mandato para o triénio 2021/23.

Falta-nos o Rei, instituto de união, de dedicação, de abnegação! É por ele que temos de juntar esforços e ser assertivos na acção.

Assumimos um lema que é o da **Continuidade com Inovação**, ou seja, seguindo os ensinamentos e as boas práticas das anteriores direcções, com a mesma linha de acção e forma de encarar a doutrina e com a mesma visão sobre a causa Monárquica, mas actualizando programas, adaptando formas de agir e gerando mais frentes de combate!

Também os objectivos da restauração do Sistema Monárquico e da Instituição Real, tão bem representada por Sua Alteza Real O Senhor Dom Duarte Pio, e de servir a Família Real com todo o empenho e dedicação, se mantêm inalterados, mas a envolvente política, social e económica vai mudando, as ameaças e as oportunidades vão sendo diferentes e as circunstâncias não são hoje as mesmas dos anos que já passaram e por isso há que intervir de forma distinta.

O mundo e o país que temos são hoje realidades em mutação rápida, infelizmente, muitas vezes de sentido negativo e em perda de valores nos mais diversos domínios.

Vivem-se tempos em que Portugal se vai perdendo, apostando-se na gestão do imediato e na atitude

displicente face às estratégias de longo prazo, revelando maior interesse o garantir voto nas próximas eleições que recuperar e robustecer a estrutura de um Povo e de uma Pátria. A corrupção progride impune, a justiça não julga e não há quem erga a voz perante tal, a matriz de comunidade una definha, a economia jamais cresce de forma sustentável, a pequena política, o compadrio e a mentira institucional são o fermento da governação do Estado. Os portugueses de bem, ainda que com sentimento de revolta, alheiam-se da *res pública* e deixam-se levar sem reacção. Falta um **Provedor para os portugueses**, um ente imparcial, acima dos interesses e das disputas, e fora da lógica partidária donde emergem os actuais Chefes de Estado; alguém com simbolismo e autoridade natural que nos olhe a todos os 10 milhões de nacionais da mesma forma e para quem todos possamos olhar da mesma forma também, sem que tenhamos sido inimigos ou adversários nas eleições passadas, sem que se sinta que o supremo Chefe da Nação representa apenas 25% do Povo português como acontece presentemente. **Falta-nos o Rei, instituto de união, de dedicação, de abnegação! É por ele que temos de juntar esforços e ser assertivos na acção.**

Além disto, atrás de uma globalização preocupante, vão-se admitindo perdas de identidade e até de independência com subjugação a políticas externas e sujeitas a interesses que nem sempre se compaginam com os desígnios nacionais – ninguém que nos governe reage, pelo contrário adorem, assumindo-se como seguidores ou até parte desta atitude.

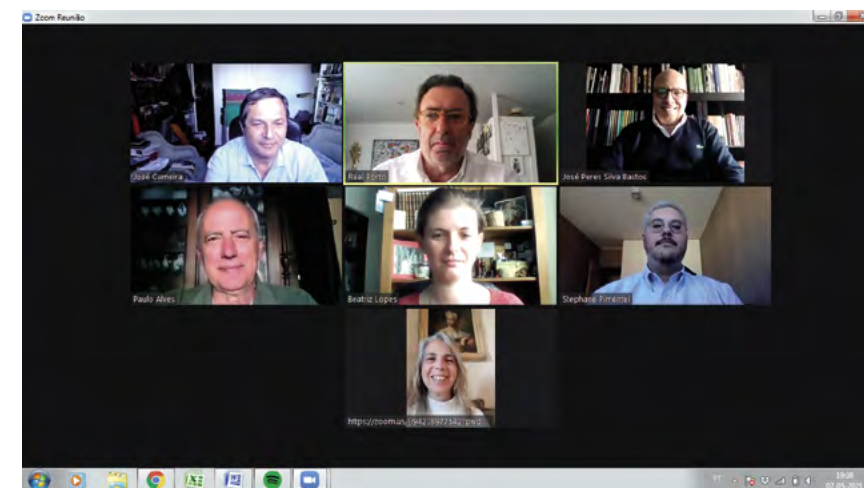
Sobre os interesses nacionais e so-

bre a história de Portugal que é grande e que com os seus ensinamentos deve ser a base do necessário e exigível progresso, ouvem-se, por vezes, atrozes comentários que é imperioso contrariar, ousando-se até, sabe-se lá com que intuito, apelidar de racista uma atitude sempre inclusiva e moderna que se desenvolveu na epopeia dos Descobrimentos e na época colonial! Mas não se ouvem as vozes contrárias, pois o politicamente correcto (!!!) não o permite.

O espírito de **Nação de nações**, que deve assentar na língua falada por muitos milhões de pessoas nas mais distintas partes do mundo, é ignorado, de facto mais em Portugal que nos novos países nossos irmãos, antigas províncias ultramarinas hoje independentes, e este tipo de situações contraria o verdadeiro sentido dos portugueses, enfraquece Portugal e não beneficia os restantes países de língua oficial portuguesa. Além de uma permanente atenção a esta vantagem imperiosa que sempre assume com palavras e actos o Senhor Dom Duarte Pio, quem mais age no mesmo sentido?

Muitas são as nossas forças que cada vez mais menos força têm... Mas estas ameaças que nos estão a constranger, têm de ser transformadas em oportunidades para se continuar a trabalhar para a mudança do sistema em todas as frentes, designadamente no âmbito da Chefia de Estado, que só sendo Monárquica consegue contrariar o estado em que cada vez mais nos encontramos.

Não pensemos, no entanto, que tal acontece por geração espontânea, ou que alguém há-de agir por nós nesse sentido e há-de resolver a situação! Nem pensemos, por antítese, que a





mudança é impossível e que como tal não vale a pena tentar. Não! Nem mudaremos se não nos perfilarmos para essa luta difícil, nem a mudança é de todo impossível pois as circunstâncias estão tão fragilizadas que a força da nossa razão é facilmente expansível e contagiante. Há, pois, que reagir!

Mas como se pode lá chegar? Qual o sentido da luta que há que assumir? Apostando na aproximação ao terreno e às pessoas, através das ideias, com um discurso aberto ao exterior, contemporâneo, claro e com adesão às realidades, insistindo na mensagem e mostrando e tendo boas práticas. Nunca pela divisão e pela apologia dos temas fracturantes que fragilizam e que afastam, contrariando as posições dogmáticas desenquadradas no tempo ou desinteressantes, sem usar de sobrançeria ou modelos de exclusão.

Fazer **Doutrinação** é a base de toda esta luta. Há que interagir com os *media* onde se impõe entrarmos sem rodeios ou complexos, quer na imprensa escrita, quer nos audiovisuais, trabalhando à escala nacional e, diria, principalmente à escala regional, e usando intensamente as redes sociais, sendo-se consciente que estas chegam mais aos que estão próximos, que àqueles que estão afastados. Importa promover assiduamente conferências ou apenas tertúlias, onde nos juntemos aos que naturalmente (ainda) não estão connosco, e assim passando-lhes as nossas visões. É importante desenvolverem-se projectos em parceria com outras entidades, nos mais diversos sectores e domínios da sociedade e do dia-a-dia. Com toda

esta frente de actuação chega-se aos que já militamos e aos que simpatizam com a Causa, mas chega-se aos cépticos e aos alheados, e até àqueles que nos são contrários. Ganha-se espaço, visibilidade e audiência, trazem-se à liça temas do quotidiano social, económico, territorial e ambiental, e cultural, e discorre-se sobre eles segundo os princípios Monárquicos.

Olhar a **Juventude** com outros olhos, acreditando nela, chamando-a a ser proactiva e ajudando-a, dando-lhe ferramentas, meios e espaço, é criar as bases do Movimento no futuro, única forma de este avançar e crescer. Com a necessária interacção com a Família Real através dos nossos Príncipes, pessoas de grande sociabilidade, bem formadas a todos os níveis e de alegria contagiante, chega-se junto dos mais novos, nos quais surgirá uma outra percepção de que os princípios Monárquicos lhes são adaptáveis também, e que os representantes da história de Portugal e de um outro sistema político diferente do vigente, são afinal jovens com as mesmas preocupações, ambições e capacidades, sendo mais uns entre eles.

Actuar com os **Municípios**, à escala local e regional, louvando o que de bem feito já temos, mas ampliando essa metodologia para chegarmos à comunidade mais rápida e facilmente, fazendo trabalho conjunto em projectos materiais e imateriais, relevando o espírito municipalista que sempre foi apanágio da tradição Monárquica e que tão bem vemos Suas Altezas Reais os Duques de Bragança a concretizar nas suas acções pelo território.

São estes os três pilares em que acreditamos para contribuir para a restauração do Sistema Monárquico a mais breve ou a menos breve prazo: **doutrinação, interacção com a juventude e atitude municipalista**, sendo estas, por isso, as linhas em que cremos, que desenvolveremos e que seguiremos na Real Associação do Porto nos próximos 3 anos.

Há, no entanto, que consciencializar que urge dinamizar o Movimento Monárquico em Portugal, agindo mais e melhor, e concentrando esforços ao invés de se polarizarem pequenos *sound bites* a partir de pequenos emissores... Importa falarmos a uma só voz, independente e livre, mas concertada. Impõe-se trabalhar sistematica e sistemicamente, numa só linha de condução, com objectivos únicos, perceptíveis e ganhadores. Usando a rede existente e lógica que encadeia Família Real, Causa Real e Reais Associações e seus núcleos mais locais ou mais temáticos, e convergindo institucionalmente, evitando dispersão de esforços que muitas vezes assentam apenas em vaidades e em protagonismos. E, sim, articulando estes esforços com o espectro político do arco democrático, influenciando legislação e normas constitucionais plurais, justas, com adesão à verdadeira idiossincrasia e à cultura nacional, e sem regras opressivas como aquela que impede de ouvir o Povo português para este decidir sobre qual o sistema de Chefia de Estado que melhor o serve.

Mas como o caminho se faz caminhando, e este que aqui se aborda é longo e penoso, há que ir construindo

o edifício a partir das fundações para ser possível chegar à cobertura, bem como há que conceber o projecto para se chegar à obra. Com esta imagem diga-se que não se atinge a restauração do Sistema Monárquico sem que se trabalhem as frentes de luta acima identificadas, e muitas outras que há que pôr na ordem do dia, e sem que nos tempos antecedentes se preparem objectivamente os tempos que hão-de vir.

Para isso, porque as matrizes da república não se adaptam aos interesses Monárquicos e porque a matriz da Monarquia que teve tratamento vil e de terror no princípio do século passa-

do já não é compaginável com os dias de hoje, há que recuperar um projecto adormecido de redacção de uma **Nova Carta Constitucional Monárquica do século XXI**, com ela estabelecendo todas as regras que se deverão seguir para regular os direitos e os deveres de um Portugal a reconstruir, clarificando, logo à partida, o modelo de representação, de moderação e de garante do bem-estar do Povo, e a relação arbitral com os poderes instituídos que o Chefe de Estado Real terá nesta Monarquia Democrática a que iremos chegar!

Caminhemos pois, nas mais diversas frentes, apoiando sempre a Família

Real, e unidos com a Causa Real e com as diversas Reais Associações, com uma linha de acção precisa e sustentável, e visando atingir resultados tangíveis, claros e verdadeiramente capazes de nos levar ao objectivo principal da **Restauração da Monarquia**. Não esqueçamos que a inactividade leva ao desalento e este ao descrédito!

Viva a Família Real
Viva o Rei
Viva Portugal •

Paulo de Queiroz Valença,
Presidente da Real Associação do Porto



Morreu no passado dia 12 de Abril o Senhor Professor Doutor Pedro Soares Martínez (1925-2021), jurisconsulto insigne e distinto professor universitário, que ocupou os mais elevados cargos na Faculdade de Direito de Lisboa. Foi procurador à Câmara Corporativa (1961-1969) e ministro da Saúde e da Assistência (1962-1963) e membro de diversas organizações culturais, como a Academia das Ciências de Lisboa, de que foi vice-presidente, e da Academia Portugue-

PEDRO SOARES MARTÍNEZ (1925-2021)

sa da História. Era ainda Cavaleiro da Ordem Soberana e Militar de Malta e da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém, entre outras. O seu longo e muito fecundo magistério, de cerca de 70 anos, marcou de forma indelével a Universidade e muitas gerações de juristas, em todas as escolas em que foi mestre, nomeadamente na Universidade de Lisboa, na Universidade Livre e na Universidade Católica Portuguesa.

Personalidade cimeira da ciência jurídica e da cultura portuguesa, manteve colaboração assídua na imprensa, ultimamente no semanário “O Diabo”, tratando com a mesma desenvoltura, interesse e elegância os temas da actualidade e os que de sempre assaltam o espírito dos que se interessam pelos destinos da nação e pelo bem comum. Homem livre e amante da liberdade, manteve-se sempre fiel aos princípios em que se formou e acreditava, usando da desarmante frontalidade, sempre educada, sempre polida, de quem não busca o confronto mas também não teme a clareza. Certo de que a verdade não caduca e consciente da transitoriedade das conjunturas, atinha-se muito mais à essência das coisas, buscando incessantemente, com rigor, método e uma impressionante capacidade de trabalho, o Bem, o Belo e o Justo, absolutos que resplandecem nos muitos textos que legou à posteridade, nas áreas do Direito, da Economia, da Filosofia e da História.

Cativante, intuitivo, de um cavalheirismo inextinguível e dono de um finíssimo sentido de humor, não dispensava o prazer de uma boa conversa em tertúlia, de preferência à mesa, entre amigos, alguns improváveis, que foi escolhendo, segundo critérios largos e generosos. Cultivava como poucos o dom da amizade, fazendo sentir aos seus amigos que se não esquecia deles, fosse por alturas das festas grandes do calendário católico, por ocasião da celebração do seu Santo onomástico ou, mais prosaicamente, pelas férias de Verão.

Monárquico, entendia a Instituição Real como a cúpula de uma estrutura política genuinamente nacional, capaz de assegurar a perenidade da Pátria e a constância dos valores distintivos da portugalidade. Não era patriota por ser monárquico, antes o seu monarquismo era uma decorrência natural e necessária do patriotismo que o animava. Serviu devotadamente o seu Príncipe, tanto no conselho da Lugar-Tenência do Senhor Dom Duarte Nuno como no Conselho Privado de S.A.R., o Duque de Bragança. Será esta, porventura, a palavra que mais adequadamente caracteriza a vida pública do Senhor Professor Doutor Pedro Soares Martínez: Serviço.

Serviu a Pátria, o Príncipe, a Academia e a Cultura com a abnegação de quem sabe o que é honra e quanto esta deve preceder o proveito. •
Nuno Pombo

Mais Notícias das Reais Associações

As Reais Associações, impedidas de eventos físicos, reforçaram a sua actividade nas redes sociais e estão a planear cuidadosamente o futuro, pelo que esperamos muito mais notícias no próximo número, quando a situação melhorar.



REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Embora fossem canceladas as tradicionais celebrações do 1º de Dezembro de 2020 por causa da crise sanitária, foi divulgada nas redes sociais a mensagem de S.A.R. o Senhor D. Duarte, no âmbito das celebrações do 380º aniversário da restauração da independência de Portugal.

A 16 de Dezembro de 2020, a direcção da Real Associação de Lisboa, representada pelo seu presidente João Távora e pelo secretário da direcção, Pedro Amaro, reuniram no Palácio da Independência com José Ribeiro e Castro, presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, da qual a Real Associação é sócia, para concertar possíveis sinergias em acções de interesse mútuo, na defesa da identidade nacional, da cultura e do prestígio da Casa Real Portuguesa.

Por causa das restrições resultantes da pandemia e da decisão da Conferência Episcopal Portuguesa sobre a realização de missas presenciais, a Missa de Sufrágio em 1 de Fevereiro de 2021, pelas almas de Sua Majestade o Rei Dom Carlos e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luís Filipe, habitualmente mandada celebrar pela Real Associação de Lisboa, foi transmitida online. A celebração esteve a cargo do nosso associado, o Rev. Padre Tiago Ribeiro Pinto, pároco na Paróquia de Miratejo, e à volta de 700 pessoas assistiram em directo. Até hoje, o vídeo obteve mais de 8.000 visualizações.



A 29 de Maio teve lugar a assembleia geral da Real Associação de Lisboa no Palácio da Independência, sede da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Às eleições para os novos órgãos sociais (mandato 2021-2023), concorreu a seguinte lista, denominada Lisboa Realista, num espírito de continuidade com renovação:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Nuno Pombo

Vice-Presidente
Miguel Cabral Moncada

Secretário
Luís Miguel Barata

CONSELHO FISCAL

Presidente
D. Nuno de Bragança van Uden

1.º secretário
Tiago Teles de Abreu

2.º secretário
Nuno Barata Figueira

DIRECÇÃO
Presidente
João Távora

Vice-Presidente
Leonor Martins de Carvalho

Secretário
Pedro Amaro

Tesoureiro
José Carmona

Vogais
Fernando Águas
Pedro Ferreira de Carvalho
João Vacas
Pedro Velez
Francisco Lobo Vasconcelos
Salvador Marçal Batista de Moraes
Diogo Martins Severino

ENTREGA DA CANDIDATURA DA LISTA A AO PRESIDENTE DA MESA NUNO POMBO PELA MÃO DE JOÃO TÁVORA.



REAL ASSOCIAÇÃO DO PORTO

Como noticiado noutra página deste Correio Real, foram eleitos os novos órgãos sociais da Real Associação do Porto, com os seguintes membros:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Jorge Filipe Braga Barros Leão

Vice-Presidente
Alberto Cândido Alves Baldaque Lobo

1º Secretário
Ilídio José Leitão Fernandes
Secretário
Sofia Adelaide Moreira Olazabal
Almada Simaens

CONSELHO FISCAL

Presidente
Rui Fernando Barros Matos de Carvalho

Vice-Presidente
Mª Antónia Bettencourt C. Pacheco Malafaya e Sá

Vogal
Maria Leonor Trigueiros Cruz

DIRECÇÃO
Presidente
António Paulo Teixeira de Queiroz Valença

Vice-Presidente
Paulo Corte Real Correia Alves

Secretário
José Maria Cameira Coelho e Sousa

Tesoureiro
Stéphane David Pimentel

Vogais
Maria do Rosário Sanches Mendes-Pinto Lencastre
José António Peres da Silva Bastos
Beatriz Ancede Barbosa Hierro Lopes



REAL ASSOCIAÇÃO DA ILHA TERCEIRA

O Conselho Superior da Causa Real aprovou a constituição da Real Associação da Ilha Terceira e o Correio Real felicita esta nova Real Associação, desejando muito sucesso na defesa do ideal monárquico.

Na assembleia geral de 22 de Janeiro de 2021, foram eleitos os seguintes membros:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses

Francisco Jorge da Silva Ferreira
João de Fátima Ornelas Gil
Inês Alexandra Dias Duque

CONSELHO FISCAL
Maria Serafina de Meneses Simões
José Avelino Rocha dos Santos
Francisco Silveira
Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt

DIRECÇÃO
Tomás Lopes Cavalheiro
Ponce Dentinho
Marta Sofia Ferreira Bretão
Alfredo Silveira Borba
Luísa Calado
Paulo Silveira
Artur da Câmara Machado
João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

A Real Associação de Viseu, celebrou o dia da Restauração, a 1 de Dezembro de 2020, junto ao padrão evocativo, prestando homenagem aos Restauradores e à Pátria. Seguiu-se uma missa em memória dos heróicos Restauradores, dos mortos ao serviço da Pátria e de todos os falecidos, nomeadamente os que sucumbiram à actual pandemia, por todos os antepassados, pelas intenções da Família Real e pelo futuro de Portugal.



REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

Em Janeiro de 2021, foi publicada uma edição especial da Real Gazeta do Alto Minho, o jornal digital da RAVC, dedicada a Gonçalo Ribeiro Telles, com testemunhos de inúmeros seus colegas, discípulos, admiradores, monárquicos e republicanos de todos os quadrantes políticos. Pode visualizá-la através da respectiva página do Facebook.

As edições 26 e 27 da Real Gazeta do Alto Minho sempre com artigos muito interessantes, saíram respectivamente em Janeiro e Abril de 2021.

Como todos os anos, a RAVC já abriu os concursos para os alunos das escolas do distrito de Viana do Castelo desta vez com o tema "A IMPORTÂNCIA DO RECONTRO DE VALDEVEZ PARA A FORMAÇÃO DE PORTUGAL".



REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA E DO PORTO SANTO

O Jantar do Senado, a 11 de Janeiro de 2021, assumiu, neste ano de pandemia, a forma de uma videoconferência aberta a todos e contou com a intervenção do presidente da ACIF - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira, Jorge Veiga França, que liderou uma importante discussão sobre as formas como a Bazuca Europeia pode ser aplicada na concretização de um futuro de prosperidade, independência económica e sustentabilidade da Região no País e no Mundo.

No dia 15 de Maio a Real Associação da Madeira e do Porto Santo assinalou o aniversário de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, com uma missa celebrada na Sé do Funchal, pelo seu Bispo.





REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

A 28 de Novembro de 2020, a Real Associação da Beira Interior organizou uma palestra com o tema “Já leram a poesia de Natal de Frei Agostinho da Cruz?”, proferida pelo professor e poeta albicastrense António Salvado e realizada na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, com o apoio da respectiva Câmara Municipal. Além do orador esteve na

mesa o vice-presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

Durante a conferência, António Salvado, Maria de Lourdes Barata, Maria de Lourdes Gonçalves e Teresa Brás recitaram poemas.

Uma missa de 30º dia, em homenagem a Gonçalo Ribeiro Telles, teve lugar, a 10 de Dezembro de 2020, na Igreja de São Miguel da Sé em Castelo Branco. •



JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

A direcção nacional da Juventude Monárquica Portuguesa apresentou a sua demissão em 3 de Março de 2021 tendo sido convocadas eleições antecipadas. Foram realizadas duas Assembleias-gerais, uma ordinária e outra extraordinária, no dia 12 de Junho de 2021, em modelo híbrido, presencialmente na cidade de Coimbra, com possibilidade de participação online, excepto para o voto. •

que já nos tempos os mais provectos chegára a grangear do chefe do poder o epitheto d’augusta:

“Braga, fiel por excellencia, não desmentiu a fama que sempre teve; e o acolhimento que faz a capital do Minho, será recordado por mim como um dos mais bellos dias do meu reinado constitucional. — A cidade que calentou a liberdade do reino, prova que não esqueceu os seus instintos; porque recebe hoje, com jubilo, a Coroa constitucional, a liberdade do seculo 19º. — É um novo floraão com que se enobrece.”

A segunda obra, “Visitas Reais – Braga e Concelhos Limitrofes (1863-1910), Subsídios para a História de Portugal”, dos autores Joaquim da Silva Gomes e Luís Pimenta de Castro Damásio, acompanham as visitas Reais a Braga e aos concelhos vizinhos, do ponto de vista da cobertura jornalística da época da qual há registo, abrangendo o período compreendido entre 1863 e 1910.

Estas obras prosseguem a vertente editorial da Real Associação de Braga, com a sua contribuição para a divulgação e defesa do ideal monárquico, através de uma colecção de livros denominada “Estudos para a História da Monarquia e do Movimento Monárquico em Portugal”.

Depois de apresentadas e percorridas as obras, a senhora vereadora manifestou o interesse da Câmara Municipal de Braga em apoiar a sua publicação, dentro do que é a sua política de promoção e divulgação da história e cultura de Braga. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

A Real Associação de Braga, representada pelo presidente da Direcção e pela vice-presidente, Gonçalo Pimenta de Castro e Gabriela Sequeira, reuniu com a vereadora da Cultura e da Educação da Câmara Municipal de Braga, Lídia Brás Dias, com o propósito de lhe apresentar dois projectos para publicação, solicitando o apoio do Município e a sua chancela. Durante o tempo de confinamento, provocado pela pandemia do COVID-19, em 2020 e parte de 2021, a Real Associação de Braga trabalhou com o propósito de terminar e preparar duas obras para publicar.

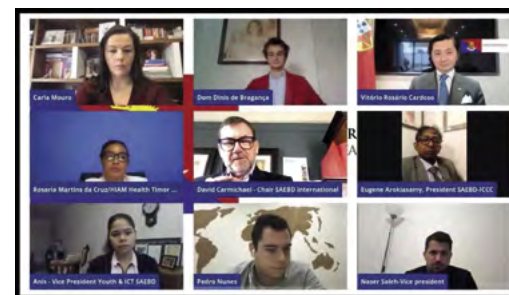
A primeira obra, é um magnífico manuscrito de 1853, da autoria de J.J. da Silva Pereira Caldas e ilustrações de J.J. Nunes d’Abreu, intitulado “Succinta Exposição dos Reaes Festejos Bracharense de 1852”, cujo tema é a visita à cidade de Braga de S.A.R. a Rainha Dona Maria II em 1852, mais propriamente de 12 a 14 de Maio. Neste livro é relatado com detalhe a visita Real, desde o momento de recepção até ao momento de

partida, com belíssimas ilustrações de todos os elementos decorativos usados para engalanar a cidade. Desenhados e pintados à mão, estão 12 arcos triunfais e é descrita a forma como se organizou a decoração de três praças da cidade; do texto, ficam dois excertos dos discursos proferidos na recepção a Sua Majestade nos Paços do Concelho:

“Senhora! — Interprete dos sentimentos do povo bracharense, a camara municipal da cidade de Braga vem respeitosamente assegurar a V.M., do muito que se considera penhorada, por uma tam inesperada como honrosa visita!”

“Vossa Magestade, seu Augusto Esposo, e Suas Altezas, o Principe Real e Duque do Porto, dignando-se querer conhecer o berço da monarchia portugueza, não podiam deixar de honrar com sua prezença uma das mais augustas, mais antigas e mais fieis cidades, de que fazem menção as nossas chronicas do Reino.” Barão de S. Martinho de Dume, Presidente. — Joze Joaquim Soares Russel.”

“S.M. a Rainha se dignava responder ao depois, d’um modo por extremo lisongeiro para uma cidade,



Dom Dinis de Bragança participa na East-West Dialogue Session

O Senhor Dom Dinis de Bragança, em 20 de Abril de 2021, participou como orador principal no webinar de cooperação Portugal - Ásia, Inaugural East-West Dialogue Session, dedicado ao tema “Livros para a paz: promovendo a literacia pela partilha de livros”.

A sessão foi moderada por Vitório Rosário Cardoso, director executivo da Companhia Oriental Portuguesa, e contou com a participação de oradores da Malásia, Reino Unido, Timor-Leste e Austrália. •

Artistas condecorados com as Insígnias da Ordem de São Miguel da Ala



A 5 de Dezembro de 2020, o Senhor Dom Duarte de Bragança condecorou, com as insígnias da Ordem de São Miguel da Ala, o actor Ruy de Carvalho, o mestre guitarrista Joel Pina e o fadista António Pinto Basto, em reconhecimento do contributo dos três artistas para o enriquecimento da cultura portuguesa. •



Apoios da Fundação D. Manuel II na Guiné Bissau

A Fundação D. Manuel II apoia há vários anos projectos de desenvolvimento e formação na Guiné Bissau, nomeadamente:

- Apoia a Rádio Bijagós (105 FM Bubaque), com o objectivo de promover e difundir a Língua Portuguesa. Esta Rádio é dirigida pelo Reverendo Padre Luigi Scantamburlo, que desde há anos vem desenvolvendo uma notável acção de promoção dos vários aspectos da cultura dos Bijagós, que vivem no arquipélago com o mesmo nome.
- A promoção de aulas de agricultura na horta de Bubaque, onde duas vezes por semana, os alunos das várias turmas vão aprender como semear e plantar hortaliças, conforme o manual de leitura adoptado pela Escola. Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Pontifício Instituto Missionário.
- Financiamento da educação, formação, saúde e alimentação de 700 crianças em Bajob, Calequissé, com as Irmãs Missionárias do Espírito Santo. Em 2020 conseguiu-se levar a cabo a ins-

talação e reparação das canalizações de água e esgotos, a electrificação das salas de aulas e formação contínua dos professores. Foram enviadas ainda caixas contendo material escolar, livros infantis, roupa, brinquedos, alimentos enlatados, chapéus-de-chuva e sabão.



© Shelagh murky - Pexels

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Os Bragança. Ascensão e Queda das Dinastias Reinantes de Portugal e do Brasil, 1640-1910

AUTOR: Malyn Newitt

EDITORIA: Texto (LeYa)

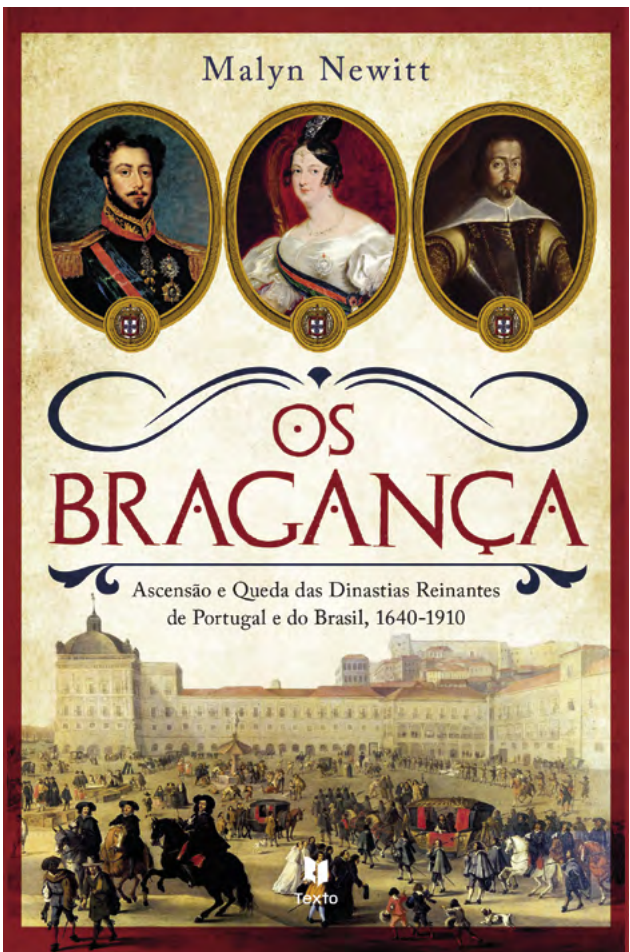
PÁGINAS: 400 pp. ilustradas

Bragança 1640-1910

Quando abrimos um livro não devemos esperar que ele nos diga o que já sabemos ou que transmita ou concorde com as nossas convicções e gostos pessoais. Se assim suceder não é mau, nem poderia sê-lo; mas se, ao invés disso, ele nos espicaçar com argumentos pontiagudos e nos fizer reflectir para além da nossa área de conforto (por pouco que queiramos admitir que a temos), então a leitura desse livro — qualquer que ele seja — valerá bem mais o que pagámos por ele. Mas também inversamente, para o lado do autor, sobretudo se ele é um historiador: se se põe a escrever um livro com ideias feitas e preconceitos, e respiga ou contorce os factos que mais agradam e convêm à sua tese, ofende não apenas o protocolo tácito do seu mui nobre ofício, como subestima a lucidez dos seus leitores, quaisquer que eles sejam.

Inesperadamente, Malyn Newitt seguiu este último, tortuoso caminho. E, como se não bastasse, tanto o aplicado requinte iconográfico da capa como a cativante sinopse do livro no seu verso — artes d’embrulho livresco, habilidades de marketing... — iludem bem quem se preste a lê-lo. Basta percorrer vinte páginas para que já não restem dúvidas quanto à antipatia deste inglês que escreve sobre Portugal ao princípio hereditário da soberania, que, crê ele — contra evidentes evidências —, desapareceu «por contestação intelectual [...] após a Primeira Guerra Mundial», para concluir, citando A. Jenkins, que «“um rei é uma ideia inventada. Tão inventada como os unicórnios” — e inevitavelmente, à medida que as pessoas crescem, deixam de acreditar em «unicórnios». Estamos ainda nas primeiras páginas deste livro, mas o tom é bem este. D. Fernando Saxe-Coburgo «foi escolhido», não por razões políticas ou outras, mas pelas lendárias façanhas masculinas da sua família como requisito para o seu casamento com D. Maria II, e o Palácio da Pena por ele mandado construir na serra de Sintra — uma glória portuguesa, a toda a prova — reduzido a uma oportunidade concedida por época pacificada, e propícia (p. 55), é só uma tentativa de poluir uma intervenção exemplaríssima em favor do implemento das artes e das indústrias

Por vezes, fica-se com a ideia de que o respeitável historiador tem a curiosidade dos tablóides ingleses por aspectos privados das figuras reais, por lendas ou boatos a partir dos quais articula argumentos e interpretações.



nacionais, reconhecida e estimada por artistas de tendência republicana que, como está perfeitamente documentado, nunca viraram costas a apoios régios às suas iniciativas comerciais e outras de evidente mérito e qualidade. Como compreender, aliás, a frase «Sucessivos membros da família [Bragança] foram orientados por uma devoção às tradições da monarquia, desde o golpe de Estado que a levou ao trono em 1640 até ao seu final, no Brasil em 1889, e em Portugal em 1910» (p. 45), senão com base na ideia — um tanto estapafúrdia por sinal — de que poderia, ou deveria ser, de outro modo? E, sobretudo, como reduzir a «origem contratual» do poder régio em Portugal e a aclamação do rei a uma «cerimónia [que] acompanhou os monarcas da dinastia de Bragança até ao fim» (p. 50), ou afirmar, laconicamente, que a hiper-simbólica cerimónia de quebra dos escudos persistiu até à morte de D. Luís em 1889 (p. 52), sem depois lhes atribuir qualquer significado intrínseco? Mesmo quando, aqui e ali, Newitt parece prestes a reconhecer algum mérito aos Bragança, como sucede no caso de rainhas e princesas — «sempre desempenharam um papel fundamental na manutenção da reputação e viabilidade das instituições monárquicas e no estabelecimento

de valores culturais e morais que a monarquia supostamente representa» (pp. 59-60) —, o que valoriza de certo modo a precoce gestão feminina da coisa pública, deixa ficar um «preventivo» supostamente, que todavia não julga necessário justificar. Sobre D. João IV, diz que, «embora fosse um monarca relutante, orientou Portugal em tempos difíceis» (p. 95). «D. João V considerava-se um patrono da instrução» (p. 138; itálicos meus). Sobre D. João VI, admite — bem a custo — que o rei «tinha a reputação de ser um amante da justiça» (p. 87)... Aceitando que «durante o século XVI, os duques de Bragança transformaram o palácio ducal de Vila Viçosa num centro de cultura e mecenato intelectual» (p. 77), o historiador, que inclui outro trabalho dela na bibliografia, omite o livro de Ana Isabel Buescu sobre a espantosa biblioteca do duque D. Teodósio II (v. Correio Real, n.º 14, pp. 28), que dá verdadeira prova de ali se ter reunido uma das melhores bibliotecas da Europa, por via de uma rede internacional de contactos dos Bragança com impressores-livreiros... Sem perceber ou — melhor dito — sem querer perceber, escreve ainda, a dado momento: «Para manter o apoio popular, era necessário que o monarca fosse visto como a personificação de valores amplamente aceites. Não fez mal nenhum a D. Pedro II e, um século e meio depois, a D. Miguel, serem vistos entre os toureiros, e a tourear na arena. Mesmo os governantes que não participavam nas touradas assistiam aos espectáculos, que até ao terramoto de 1755 se realizavam com frequência na praça em frente ao palácio real» (p. 65). Um pouco depois: «D. João VI permitia que todos o abordassem a qualquer momento, mesmo quando estava a passear no seu coche ou a pé» (p. 66). Outras passagens arrepiam: «Quando um incêndio destruiu a Real Barraca em 1794, iniciou-se a construção de um novo e imponente palácio na Ajuda, onde já existia um jardim botânico» (p. 69), levando a pensar como pode um historiador ser tão negligente ao ponto de tratar o Real Jardim Botânico — alinhado com o que de melhor havia e se fazia na Europa, e orientado por um reputado botânico italiano — como algo de somenos. Há mais boutades do mesmo calibre: «Os funerais eram uma das ocasiões em que a realeza mostrava a sua autoridade ao povo» (p. 74).

Por vezes, fica-se com a ideia de que o respeitável historiador tem a curiosidade dos tablóides ingleses por aspectos privados das figuras reais, por lendas ou boatos a partir dos quais articula argumentos e interpretações, usando linguagem inesperada: «Independentemente do que aconteceu a D. Afonso, a impotência nunca foi um problema de D. Pedro» (p. 120); «O pobre D. José tinha de ter as suas ligações amorosas em segredo, e esse segredo foi a causa indirecta de um dos acontecimentos mais dramáticos do seu reinado» (p. 159). E um outro, na p. 196, que o pudor me impede de repercutir...

Cada um de nós lê os livros até onde eles merecerem ser lidos. Eu achei melhor ficar por aqui!

• VASCO ROSA



MEMÓRIAS. A CAPELA DE SÃO JOÃO BAPTISTA NA IGREJA DE SÃO ROQUE EM LISBOA, DE ANGELA DELAFORCE, ED. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Num formato A4 pouco convidativo, mas com excelentes fotografias e um texto admirável da britânica Angela Delaforce, sem qualquer dúvida a grande especialista da acção cultural do nosso rei D. João V, este livro dá-nos a história duma capela que de alguma maneira está na origem do Museu criado em 1905 e que «ostenta o melhor da ourivesaria barroca italiana fora da Itália, como uma unidade programática como nem no Vaticano existe» (p. 11). Numa significativa antologia, Delaforce recupera o testemunho de visitantes de todo o tipo e época, de 1750 a 1968 — este último do credenciado historiador de arte Robert C. Smith, que lhe chama «monumento em miniatura mais dispendioso e luxuoso» (p. 71) —, espantados com a magnificência artística da Capela (que o pintor James Holland representou em 1837), mas conheceu também períodos de franca negligência, ou descaso, que prejudicaram a sua fama internacional. Fernando Pessoa foi peremptório: «talvez não exista em mais nenhum lugar nada de parecido que possa ser-lhe comparado» (cit. p. 68).



D. MARIA II, DE PRINCESA BRASILEIRA A RAINHA DE PORTUGAL, 1819-1853, ED. PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Trata-se do volumoso catálogo (408 pp.) da exposição homónima dedicado a D. Maria II. Textos de Maria de Fátima Bonifácio e José Miguel Sardica, entre outros.

Daqui e Dali

“ Mas como pagou Salazar a colaboração discreta ou a simples apatia da ‘direita republicana’? Como é que a ajudou a resistir à chantagem dos radicais, que insistiam em denunciar o salazarismo como uma conspiração monárquica e católica? Simbolicamente. Garantiu que a dinastia não seria restaurada, respeitou o princípio da separação da Igreja e do Estado, manteve o hino e a bandeira escolhidos pelo PRP em 1910, e a comemoração do 5 de Outubro.”

Rui Ramos - Excerto de “O Dia dos Equívocos” - 2004

BOHEMIA
**JUNTA-TE
à MESA**

**CEVADA DO
ALENTEJO**



Acreditamos na excelência dos nossos produtos e na enorme riqueza do nosso país.

É por isso, que a partir de agora produzimos a **BOHEMIA PILSENER** com 100% cevada portuguesa, do Alentejo.



Junta-te a esta mesa portuguesa, com Bohemia.

SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.